



REGIMENTO INTERNO DA ESCOLA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS  
DA UNIVERSIDADE DO BRASIL

CONSELHO UNIVERSITÁRIO  
RESOLUÇÃO Nº 16/54

ALTERA O REGIMENTO INTERNO DA ESCOLA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA E DESPORTOS

De ordem do Magnífico Reitor, torno público que o Conselho Univresitário, em sessões de 7 a 21 de outubro de 1954, resolveu alterar o Regimento Interno da Escola Nacional de Educação Física e Desportos, conforme consta do processo n.º 9.759-54, que passará a ter a seguinte redação:

Art. 1º - Nos ~~termos~~ do Decreto n.º 21321 de 13 de junho de 1946, que aprovou o Estatuto da **Universidade do Brasil**, as atividades da Escola Nacional de Educação Física e Desportos obedecerão a este regimento, organizado pela Congregação e aprovado pelo Conselho Universitário.

TÍTULO I

DAS FINALIDADES

Art. 2º - A Escola Nacional de Educação Física e Desportos, instituída pelo Decreto-Lei n.º 1.212 de 17 de abril de 1939, tem por finalidades:

- a) formar pessoal técnico em Educação Física e Desportos;
- b) imprimir ao ensino da Educação Física e dos Desportos, em todo o País, unidade teórica e prática;
- c) difundir de modo geral conhecimentos relativos à Educação Física e aos Desportos;
- d) realizar pesquisas sobre Educação Física e Desportos, indicando os métodos adequados a sua racionalização e difusão;
- e) instituir centros de Educação Física, destinados à prática de exercícios e à disseminação das normas científicas a que deverão obedecer;
- f) orientar e estimular a Educação Física e os Desportos na Universidade do Brasil.

Art. 3º - A Escola se articulará com as demais faculdades, Escolas e institutos que compõem a Universidade do Brasil e com as outras instituições de ensino superior do País, para dar e receber colaboração cultural, técnica e científica, necessária à consecução de seus **fins** próprios e aos da Universidade em conjunto.

Art. 4º - A Escola empenhar-se-á em intercâmbio cultural com as demais Universidades da América e de todos os países do mundo.

TÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO

CAPÍTULO I

Dos Cursos

Art. 5º - A Escola ministrará os seguintes cursos:

- a) cursos de formação
- b) cursos de aperfeiçoamento;
- c) cursos de especialização;
- d) cursos de extensão;
- e) curso de pós graduação.

Art. 6º - Além dos cursos mencionados no artigo anterior e de funcionamento regular, a Escola, sempre que o meio demonstrar a sua necessidade, promoverá a realização dos cursos de Treinamento Desportivo e de Organização e Administração Desportiva.

Art. 7º - Os cursos de formação, constituídos por um conjunto harmônico de disciplinas, cujo o estudo seja necessário à obtenção de um dos diplomas mencionados no Capítulo VII, são os seguintes:

- a) Curso Superior de Educação Física;
- b) Curso de Educação Física Infantil;
- c) Curso de Técnica Desportiva;



- d) Curso de Medicina Aplicada à Educação Física e aos Desportos;
- e) Curso de Massagem.

Art. 8º - O Curso Superior de Educação Física tem por fim formar professores de educação física:

- a) dotados de conhecimentos das diferentes formas de trabalho físico;
- b) capazes de executar, organizar, dirigir o trabalho físico aplicável a qualquer categoria de indivíduos normais e, em colaboração com o médico especializado, promover a adequação do mesmo às condições bio-psicológicas dos que se afastarem da normalidade;
- c) aptos para compreender o sentido espiritual da educação física e sua importância na formação do homem brasileiro.

Art. 9º - O Curso de Educação Física Infantil tem por fim preparar professores normalistas especializados em educação física:

- a) dotados de conhecimentos das diversas formas de trabalho físico aplicáveis à infância;
- b) capazes de executar, organizar e dirigir esse trabalho e, em colaboração com o médico especializado, promover adequação do mesmo às condições bio-psicológicas das crianças que se afastarem da normalidade.

Art. 10 - O Curso de Técnica Desportiva tem por fim formar técnicos em desportos:

- a) aptos para executar, organizar e dirigir os desportos de sua especialidade e promover o preparo individual e coletivo dos atletas que a eles se dediquem;
- b) capazes de contribuir, pelas suas observações, estudos e experimentações para o aperfeiçoamento da técnica desportiva.

Art. 11 - O Curso de Massagem tem por fim preparar profissionais capazes de cumprir as prescrições médicas relativas às massagens terapêuticas e às desportivas.

Art. 12 - O Curso de Medicina Aplicada à Educação Física e aos Desportos tem por fim formar médicos especializados:

- a) conhecedores das modificações somato-psíquicas relacionadas com o trabalho físico;
- b) competentes para indicar ou contra-indicar exercícios físicos, de acordo com as possibilidades individuais.

Art. 13 - O Curso de Treinamento Desportivo destina-se a habilitar treinadores desportivos, que, nos Clubes desportivos, tenham a seu cargo a realização do trabalho de preparação das equipes.

Parágrafo único - Não será permitido escolher mais de um desporto de especialização, nem repetir o curso para obter título em outros desportos.

Art. 14 - O Curso de Organização e Administração Desportiva objetiva preparar técnicos capazes de organizar e dirigir a parte administrativa das instituições desportivas, assegurando-lhes a racionalização dos respectivos serviços.

Art. 15 - Os Cursos de aperfeiçoamento serão destinados à revisão e ao desenvolvimento dos estudos feitos nos de formação, de acordo com o plano e os programas elaborados pelo Departamento respectivo e previamente aprovados pela Congregação.

Art. 16 - Os Cursos de Especialização serão destinados a ministrar conhecimentos aprofundados dos diferentes ramos de estudos ministrados nos Cursos de formação, de acordo com o plano e os programas previamente elaborados pelo Departamento respectivo e aprovados pela Congregação.

Art. 17 - Os Cursos de Extensão serão destinados à difusão Cultural nos diferentes setores a que possam oferecer interesse geral.

Art. 18 - Os Cursos de pós-graduação, destinados aos diplomados nos Cursos de Formação, terão por fim especial o preparo sistemático para a especialização profissional, de acordo com o plano e o programa previamente organizados pelo Departamento respectivo e aprovados pela Congregação.

## CAPITULO II Dos Currículos

Art. 19 - O Curso Superior de Educação Física terá a duração de 3 anos e obedecerá ao seguinte currículo:

## 1ª Série

- 1 - Higiene Aplicada
- 2 - Socorros de Urgência
- 3 - Metodologia da Educação Física
- 4 - História e Organização da Educação Física e dos Desportos
- 5 - Educação Física Geral
- 6 - Desportos Aquáticos e Náuticos
- 7 - Desportos Terrestres Individuais
- 8 - Desportos Terrestres Coletivos
- 9 - Desportos de Ataque e Defesa
- 10 - Ginástica Rítmica

## 2ª Série

- 1 - Cinesiologia Aplicada
- 2 - Fisiologia Aplicada
- 3 - Metodologia Aplicada
- 4 - Metodologia da Educação Física
- 5 - Educação Física Geral
- 6 - Desportos Aquáticos e Náuticos
- 7 - Desportos Terrestres Individuais
- 8 - Desportos Terrestres Coletivos
- 9 - Desportos de Ataque e Defesa
- 10 - Ginástica Rítmica

## 3ª Série

- 1 - Fisioterapia Aplicada
- 2 - Psicologia Aplicada
- 3 - Biometria Aplicada
- 4 - Metodologia da Educação Física
- 5 - Educação Física Geral
- 6 - Desportos Aquáticos e Náuticos
- 7 - Desportos Terrestres Individuais
- 8 - Desportos Terrestres Coletivos
- 9 - Desportos de Ataque e Defesa
- 10 - Ginástica Rítmica

Parágrafo único - Os conhecimentos de Anatomia Humana serão ministrados em aulas complementares às da disciplina que os necessitar.

Art. 20 - O Curso de Educação Física Infantil terá a duração de 1 ano e obedecerá ao seguinte currículo:

- 1 - Cinesiologia Aplicada
- 2 - Higiene Aplicada
- 3 - Fisiologia Aplicada
- 4 - Fisioterapia Aplicada
- 5 - Psicologia Aplicada
- 6 - Biometria Aplicada
- 7 - Socorros de Urgência
- 8 - Metodologia da Educação Física
- 9 - História e Organização da Educação Física e dos Desportos
- 10 - Educação Física Geral
- 11 - Desportos Aquáticos
- 12 - Desportos Terrestres Individuais
- 13 - Desportos Terrestres Coletivos
- 14 - Ginástica Rítmica

§ 1º O ensino da Fisioterapia limitar-se-á ao da Ginástica de Correção ou de Socorros de Urgência; o de Biometria Aplicada visará conhecimentos gerais; o de Psicologia assim como o de Cinesiologia tratará unicamente de problemas relativos a criança e o de História e Organização da Educação Física e dos Desportos terá em vista somente os desportos considerados no curso.



§ 2º. - Aprovação nas disciplinas 11, 12, 13 e 14, far-se-á pela (4)  
apuração da frequência mínima e do aproveitamento.

§ 3º. - Os conhecimentos de Anatomia Humana serão ministrados em aulas complementares às da disciplina que os necessitar.

Art. 21 - O Curso de Técnica Desportiva terá a duração de 1 ano e obedecerá ao seguinte currículo aplicado aos desportos da especialização:

- 1 - Cinesiologia Aplicada
- 2 - Fisiologia Aplicada
- 3 - Psicologia Aplicada
- 4 - Metodologia dos Desportos
- 5 - História e Organização dos Desportos
- 6 - Desportos de Especialização

Parágrafo Único - Os conhecimentos de Anatomia Humana serão ministrados em aulas complementares às da disciplina que os necessitar.

Art. 22º - O Curso de Massagem terá a duração de 1 ano e obedecerá ao seguinte currículo:

- 1 - Higiene Aplicada
- 2 - Fisiologia Aplicada
- 3 - Fisioterapia Aplicada
- 4 - Traumatologia e Socorros de Urgência
- 5 - Educação Física Geral
- 6 - Desportos Aquáticos e Náuticos
- 7 - Desportos Terrestres Individuais
- 8 - Desportos Terrestres Coletivos
- 9 - Desportos de Ataque e Defesa
- 10 - Ginástica Rítmica

§ 1º. - Os trabalhos práticos e teóricos deverão ter em vista a atividade profissional do massagista.

§ 2º. - A aprovação nas disciplinas 6, 7, 8, 9 e 10 far-se-á pela apuração da frequência mínima e do aproveitamento.

§ 3º. - Os conhecimentos de Anatomia Humana serão ministrados em aulas complementares às da disciplina que os necessitar.

Art. 23 - O Curso de Medicina Aplicada e Educação Física e aos Desportos terá a duração de 1 ano e obedecerá ao seguinte currículo:

- 1 - Higiene Aplicada
- 2 - Cinesiologia Aplicada
- 3 - Fisiologia Aplicada
- 4 - Fisioterapia Aplicada
- 5 - Psicologia Aplicada
- 6 - Bionetria Aplicada
- 7 - Metabologia Aplicada
- 8 - Traumatologia Aplicada
- 9 - Metodologia da Educação Física
- 10 - História e Organização da Educação Física e dos Desportos
- 11 - Educação Física Geral
- 12 - Desportos Aquáticos e Náuticos
- 13 - Desportos Terrestres Individuais
- 14 - Desportos Terrestres Coletivos
- 15 - Desportos de Ataque e Defesa
- 16 - Ginástica Rítmica

§ 1º. - A aprovação nas disciplinas 11, 12, 13, 14, 15 e 16 far-se-á pela apuração da frequência regulamentar e do aproveitamento, verificado mediante apresentação de um trabalho escrito sobre assunto referente ao programa da disciplina, escolhido pelo professor.

§ 2º. - A revisão dos conhecimentos de Anatomia será feita em aulas complementares às da disciplina que os necessitar.

Art. 24 - O Curso de Treinamento Desportivo terá a duração de 1 ano, com a seguinte estrutura curricular:

- 1 - Noções de Treinamento Desportivo
- 2 - Noções de Psicologia Aplicada
- 3 - Noções de Fisiologia Aplicada
- 4 - Educação Física Geral
- 5 - Desportos de Especialização

Art. 25 - O Curso de Organização e Administração Desportiva terá duração de 1 ano e um currículo flexível e adequado as suas finalidades, proposto pelo Conselho Departamental e aprovado pela Congregação.

Art. 26 - As disciplinas lecionadas na Escola Nacional de Educação Física e Desportos constituem matéria das seguintes cadeiras:

- I - Anatomia Humana e Higiene Aplicada
- II - Cinesiologia Aplicada
- III - Fisiologia Aplicada
- IV - Fisioterapia Aplicada
- V - Psicologia Aplicada
- VI - Bionetria Aplicada
- VII - Metabologia Aplicada
- VIII - Traumatologia Desportiva e Socorros de Urgência
- IX - Metodologia da Educação Física e dos Desportos
- X - História e Organização da Educação Física e dos Desportos
- XI - Educação Física Geral Masculina
- XII - Educação Física Geral Feminina
- XIII - Desportos Aquáticos e Náuticos Masculinos
- XIV - Desportos Aquáticos Femininos
- XV - Desportos Terrestres Individuais
- XVI - Desportos Terrestres Coletivos
- XVII - Desportos de Ataque e Defesa
- XVIII - Ginástica Rítmica.

### CAPITULO III

#### Dos Departamentos

Art. 27 - Para os fins de ensino e pesquisa, as cadeiras da Escola se gruparão em cinco departamentos a saber:

- 1 - Departamento de Pedagogia, constituído pelas cadeiras V, IX, e X;
- 2 - Departamento de Biologia, constituído pelas cadeiras I, II, III e VI;
- 3 - Departamento de Terapêutica, constituído pelas cadeiras IV,, VII e VIII,
- 4 - Departamento de Atividades Desportivas, constituído pelas cadeiras XIII, XIV, XV e XVII;
- 5 - Departamento de Ginástica e Recreação constituído pelas cadeiras XI, XII e XVIII.

Art. 28 - Participar das reuniões de cada Departamento os professores catedráticos respectivos.

Art. 29 - As reuniões de cada Departamento realizar-se-ão ordinariamente uma vez por mês, por convocação do Chefe respectivo ou solicitação de qualquer dos professores catedráticos a ele filiado.

Art. 30 - Cada Departamento será chefiado por um professor efetivo, eleito pelos professores do respectivo Departamento, indicado pelo Diretor e designado trienalmente por ato do Rector.

Art. 31 - Compete a cada Departamento, no domínio das especialidades de ensino e pesquisa de que trate:

- a) organizar, cada ano, o seu plano geral de trabalho e submetê-lo ao Diretor;



- b) organizar os elementos de trabalho para fundamentar o projeto do orçamento de pessoal e material;
- c) realizar reuniões do corpo docente respectivo para melhor articulação dos programas de ensino e pesquisa;
- d) emitir parecer sobre a proposta do professor catedrático quanto ao número de instrutores, assistentes e professores adjuntos, correspondentes às cadeiras a ele filiadas;
- e) emitir parecer sobre a inscrição de pessoas de "notório saber", em concurso para professor catedrático;
- f) deliberar sobre os programas apresentados pelos professores responsáveis pelas cadeiras que a ele pertencem;
- g) elaborar programa das cadeiras a ele pertencentes no caso em que o professor catedrático responsável não o tenha proposto;
- h) propor à Congregação modificações ou revisão deste regimento;
- i) deliberar sobre a realização dos cursos mencionados nos artigos 12, 13, 14 e 15;
- j) sugerir ao Diretor providências que se tornem necessárias ao aperfeiçoamento do ensino e da pesquisa.

Art. 32 - São atribuições do Chefe do Departamento:

- a) convocar reuniões de professores e a elas presidir;
- b) encaminhar ao Diretor as decisões e sugestões aprovadas no Departamento;
- c) Tomar parte nas reuniões do Conselho Departamental.

### TÍTULO III DO REGIME ESCOLAR

#### CAPÍTULO I Do Ano Escolar

Art. 33 - O ano escolar é dividido em 2 períodos letivos, o primeiro de 1º de março a 30 de junho e o segundo de 1º de agosto a 30 de novembro.

Art. 34 - As provas parciais serão prestadas na segunda quinzena dos meses de junho e de novembro.

Art. 35 - As provas vestibulares e os exames de 2ª época serão realizados na segunda quinzena do mês de fevereiro.

Art. 36 - A prova final será prestada na primeira quinzena de dezembro.

Art. 37 - São períodos de férias escolares o mês de julho e o período de 15 de dezembro a 15 de fevereiro.

#### CAPÍTULO II Do Exame Vestibular

Art. 38 - A inscrição para os exames vestibulares será realizada de 2 a 31 de janeiro.

Art. 39 - Para a inscrição nos exames vestibulares, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) certidão de idade;
- b) atestado de bons antecedentes pessoais e sociais;
- c) carteira de identidade;
- d) atestado de vacinação anti-variólica;
- e) recibo de pagamento da taxa de inscrição;
- f) quatro fotografias (3X4).

Art. 40 - Além dos documentos supra mencionados, será ainda exigido para a inscrição nos exames vestibulares;

- a) do candidato ao Curso Superior de Educação Física, a apresentação de certificado de licença colegial e do candidato ao Curso de Massagem a apresentação de certificado de licença ginásial ou, em ambos os casos, títulos que lhes sejam equiparados por lei;

b) do candidato ao Curso de Educação Física Infantil, a apresentação do diploma de conclusão do curso de normalista, oficial ou reconhecido pelos Estados ou pelo Distrito Federal;

c) do candidato ao curso de Medicina Aplicada à Educação Física e aos Desportos, a apresentação do diploma de médico, devidamente registrado;

d) do candidato ao Curso de Técnica Desportiva, a apresentação do diploma de licenciado em Educação Física, devidamente registrado, e expedido pela E.N.E.F.D. ou pela escola reconhecida, cujo curso superior tenha a duração mínima de 3 anos.

§ 1º - A matrícula em novo Curso de Técnica Desportiva só poderá ser feita depois de dois anos de realizado o anterior.

§ 2º - Todos os documentos referidos neste artigo, registrados nas repartições competentes, serão entregues no protocolo da Escola, acompanhados de um requerimento de matrícula subscrito pelo candidato.

Art. 41 - O exame vestibular constará:

I - de inspeção de saúde realizada, sob a orientação do Departamento de Biologia, por uma junta médica designada pelo Conselho Departamental, e compreenderá exames sistemáticos e subsidiários;

II - de provas de capacidade física e intelectual, organizadas, em colaboração, pelos Departamentos de Pedagogia, de atividades Desportivas e de Ginástica e Recreação, e realizadas por comissões indicadas pelo Conselho Departamental.

§ 1º - Somente serão submetidos às provas de capacidade física e intelectual os candidatos julgados aptos na inspeção de saúde.

§ 2º - As provas de capacidade física serão eliminatórias no seu conjunto, a critério da comissão julgadora.

§ 3º - Nas provas intelectuais, os candidatos serão considerados aprovados de acordo com o estabelecido na legislação vigente.

Art. 42 - Dos candidatos à matrícula no Curso de Treinamento Desportivo exigir-se-á:

- a) ter idade compreendida entre 21 e 40 anos;
- b) estar quite com o serviço militar;
- c) possuir, no mínimo, instrução primária completa;
- d) prova de desenvolver, há mais de 2 anos, em instituição Desportiva com personalidade jurídica, atividade diretamente relacionada com um desporto em que deseja a especialização, devidamente autenticada pelo Conselho Nacional de Desportos;
- e) atestado de vacina e de sanidade física e mental;
- f) provas de nível mental e de capacidade física.

Art. 43 - Dos candidatos à matrícula no Curso de Organização e Administração Desportiva exigir-se-á:

- a) ter idade compreendida entre 21 e 45 anos;
- b) estar quite com o serviço militar;
- c) possuir, no mínimo, curso ginásial completo;
- d) atestado de vacina e de sanidade física e mental;
- e) provas de nível mental e de capacidade física.

### CAPITULO III

#### Das Matrículas Inicial e Subsequentes

Art. 44 - A matrícula nos diferentes cursos será sempre limitada à capacidade didática do estabelecimento, a critério do Conselho Departamental e obedecida a ordem de classificação dos candidatos habilitados.

Art. 45 - A matrícula inicial em qualquer curso será requerida ao Diretor, em fórmula apropriada, devendo o candidato juntar o recibo do pagamento das taxas regulamentares.

\* Suprimido na alínea "d" do Artigo 40 "Há mais de dois anos"  
De acordo com a Resolução do Conselho Universitário de 29/1/1959.



Art. 46 - Não será permitida a matrícula em mais de um curso de formação, sendo porém permitida a frequência em cursos avulsos de aperfeiçoamento e especialização.

Art. 47 - O aluno que, para matricular-se, servir-se de documentos falsos terá nula a sua matrícula, bem como todos os atos que a ela se seguirem; aquele que, por meios ilícitos, a pretender ou obtiver, além da perda da importância das taxas pagas, ficará sujeito às condições do Código Penal.

Parágrafo único. - Depois de convenientemente apuradas quaisquer fraudes no ato da matrícula, a Diretoria remeterá os documentos relativos às autoridades competentes.

Art. 48 - A matrícula subsequente no curso superior será requerida ao Diretor e instruída com os seguintes documentos:

- a) certificado de aprovação em todas as cadeiras da série anterior;
- b) prova de pagamento das taxas de matrícula e de frequência;
- c) duas fotografias (3X4);
- d) atestado do Departamento de Biologia, considerando-o apto na inspeção de saúde.

Art. 49 - É permitida a matrícula condicional, em uma série, quando o aluno depender de aprovação apenas em uma disciplina da série anterior, que não seja básica para o prosseguimento do estudo ulterior.

Parágrafo único - São consideradas disciplinas básicas: Anatomia, Fisiologia, Natação, Ginástica Rítmica e Box.

Art. 50 - A rematrícula será concedida ao candidato que a requerer desde que tenha sido válida a primeira matrícula e que, no espaço de tempo decorrido entre esta e o requerimento daquela, não tenha havido alteração nas leis do ensino, quanto ao número de disciplinas dos currículos e condições para a matrícula.

§ 1º - No caso de ter havido alterações nas leis do ensino, a rematrícula não será concedida sem que seja tornado efetivo o cumprimento delas.

§ 2º - A rematrícula não poderá ser concedida mais de duas vezes na mesma série ou em qualquer curso, quando reprovado o aluno em duas ou mais matérias.

§ 3º - É também proibida a rematrícula dos alunos que deixarem de prestar exames, ainda que seja em uma única matéria, em mais de um ano.

Art. 51 - Ao aluno que se rematricular, por não haver sido habilitado ou aprovado em todas as cadeiras da série em que se efetuou a sua matrícula anterior, fica assegurado o direito que lhe confere a legislação do ensino no momento da rematrícula.

#### CAPÍTULO IV

##### Das Transferências

Art. 52 - A transferência de alunos de outras escolas brasileiras ou estrangeiras só se efetuará durante o período dedicado às matrículas e depois de aprovada pela Congregação, respeitado o limite máximo regulamentar.

\* Foram acrescentados dois parágrafos ao Artigo 50 de acordo com a Resolução do Conselho Universitário de 29/1/1959.

Art. 53 - O candidato a transferência deverá apresentar como documento:

- I - se provier de outra escola brasileira:
- a) guia de transferência devidamente autenticada;
  - b) histórico da vida escolar inclusive do curso secundário;
  - c) atestado de sanidade física e mental fornecido pela junta médica da E.N.E.F.D.
  - d) atestado de vacinação anti-variólica;
  - e) quatro fotografias (3X4);

- II - se provier de escolas estrangeiras:
- a) documento que comprove sua matrícula no estabelecimento de onde se transfere;
  - b) prova de haver completado curso semelhante ao curso sec. brasileiro;
  - c) certificado de aprovação em exames de Português, História do Brasil e Geografia do Brasil, prestados no Colégio Pedro II ou em outro estabelecimento de ensino secundário oficial;
  - d) histórico da vida escolar, inclusive do curso secundário ou do que a ele corresponde no país de origem;
  - e) atestado de sanidade física e mental fornecido por junta médica da E.N.E.F.D.;
  - f) atestado de idoneidade moral;
  - g) atestado de vacinação anti-variólica;
  - h) quatro fotografias (3X4).

Parágrafo Único - Todos os documentos referidos neste artigo, devidamente autenticados, serão entregues no Protocolo da Escola, acompanhados de um requerimento de matrícula subscrito pelo candidato.

Art. 54 - Ao aceitar a transferência, a Congregação determinará a série que o aluno deverá cursar e autorizará a adaptação que mais convenha a cada caso concreto, de modo que o candidato não fique dispensado de qualquer das disciplinas do curso.

Art. 55 - Ao funcionário público, estudante, matriculado em Escola congênere oficial ou reconhecida pelo Governo Federal, será assegurada a transferência em qualquer época, independentemente da existência de vagas, quando removido por conveniência de serviço para esta Capital.

§ Único - De igual privilégio gozará aquele cuja subsistência esteja a cargo de funcionário público removido ou transferido, por conveniência de serviço, para esta Capital.

#### CAPÍTULO V Da Matrícula do Ouvinte

Art. 56 - Sem prejuízo dos candidatos à matrícula efetiva, será permitido aos que satisfizerem as exigências deste Regimento, matricular-se como ouvintes, para frequência de uma ou mais disciplinas dos cursos ordinários ou dos cursos avulsos.

Parágrafo Único - Os ouvintes ficam isentos dos exames vestibulares e da frequência e sem direito a prestar exames ou receber diploma ou certificados.

#### CAPÍTULO VI Da Verificação do Rendimento Escolar

Art. 57 - A verificação do rendimento escolar será feita:

- a) pelos trabalhos de estágio;
- b) por duas provas parciais;
- c) pela prova terminal.



Art. 58 - Os trabalhos de estágio serão realizados em cada período escolar a critério do professor.

Art. 59 - As provas parciais serão escritas ou práticas, ou prático-orais, a critério do Conselho Departamental e versarão sobre matéria ministrada no período até oito dias antes de sua realização.

Art. 60 - A prova terminal realizada durante a primeira quinzena de dezembro, será oral ou prático-oral e incluirá toda a matéria do programa.

Art. 61 - As provas parciais e terminais, realizar-se-ão sob a direção do professor catedrático respectivo, com a colaboração de seus auxiliares.

§ 1º - Se houver impedimento do professor, do adjunto, dos assistentes ou dos instrutores, o Diretor poderá, por solicitação do catedrático, designar outro docente para o substituir.

§ 2º - No caso de curso equiparado, as provas parciais e a prova terminal, realizar-se-ão sob a direção do docente-livre respectivo.

§ 3º - Os horários para as provas parciais e terminais organizados pela Secretaria, depois de ouvido o Conselho Departamental e aprovados pelo Diretor, serão afixados em quadros próprios, e em local bem visível do edifício da Escola, com a antecedência mínima de 48 horas.

§ 4º - A validade das chamadas dos alunos será exclusivamente fundada nos editais afixados na própria Escola, sendo a publicidade na imprensa considerada apenas informe subsidiário, de nenhum efeito legal.

Art. 62 - Todas as provas de verificação de rendimento escolar receberão do professor catedrático uma nota que variará de zero a dez.

Art. 63 - ~~São~~ serão admitidos à prova parcial os alunos que obtiverem, pelo menos, grau ou média cinco nos trabalhos de estágios de cada período.

§ 1º - Os alunos que obtiverem média igual ou superior a sete nas provas parciais ficarão isentos de prova final; os que obtiverem média de cinco a sete (exclusive) ficarão obrigados apenas a exame oral ou prático-oral; e os que obtiverem média de três a cinco (exclusive) realizarão provas escrita e oral ou prático-oral.

§ 2º - Não poderão prestar exames finais, em primeira época, os alunos que obtiverem média inferior a três nas provas parciais, sendo, portanto, considerados como inabilitados.

§ 3º - As notas serão tomadas em seus valores exatos.

Art. 64 - Será considerado aprovado o aluno que obtiver em cada cadeira nota final mínima cinco (5).

Parágrafo único - Nas cadeiras em que houver mais de uma disciplina será considerado nelas aprovado o aluno que obtiver a média mínima cinco entre as notas finais de cada disciplina respectiva e três em cada uma.

Art. 65 - Haverá uma segunda chamada das provas parciais e terminais para os alunos que deixarem de comparecer à primeira chamada:

- a) por moléstia ou acidente devidamente comprovados;
- b) por motivo de serviço público imperioso, mediante documento oficial emitido pela autoridade competente e que justifique o impedimento;
- c) por falecimento de parentes ascendentes ou descendentes, irmãos ou conjuges, mediante comprovante idôneo do ocorrido.

Art. 66 - Os requerimentos de segunda chamada darão entrada em protocolo, no prazo improrrogável de 48 horas após a realização da primeira chamada, excluído domingo ou feriado, intercorrente.

Art. 67 - A inscrição para a prova terminal exige recibo de quitação do pagamento das taxas escolares e a satisfação das exigências de frequência mínima.

Art. 68 - Somente poderão fazer provas parciais ou terminais os alunos que tiverem frequentado o mínimo de 67% das aulas ministradas no período ou no ano letivo, respectivamente.

§ 1º - A critério do professor, os alunos que se acidentarem em aula, poderão ter suas faltas abonadas.

§ 2º - Para os efeitos do parágrafo anterior, os acidentes deverão ser imediatamente comunicados a Secretaria pelo professor catedrático em cuja aula o aluno se acidentou.

§ 3º - Os alunos que forem designados pelo Conselho Departamental para representarem a Escola ou a Universidade terão suas faltas abonadas.

Art. 69 - O aluno que utilizar recursos ilícitos terá a prova imediatamente anulada, sendo lavrado o auto de infração na lista de chamada, para a aplicação das penalidades previstas neste Regimento.

Art. 70 - Nas provas escritas a assinatura do aluno será firmada no talão anexo aprova.

Art. 71 - O prazo de devolução das provas devidamente corrigidas e registradas as notas, será no máximo de 15 dias para o primeiro período letivo e de 10 dias para o segundo.

Art. 72 - Os alunos reprovados em primeira época, no máximo em duas cadeiras, desde que tenha frequência mínima de 50% as aulas dadas no período letivo, poderão prestar o exame das mesmas em segunda época, submetendo-se a provas escrita, oral ou pratico-oral, quando couber, versando esse exame toda a matéria lecionada durante o ano letivo correspondente.

## CAPITULO VII

### Dos Diplomas

Art. 73 - Aos alunos que concluírem o Curso Superior de Educação Física, o Curso de Educação Física Infantil, o Curso de Técnica Desportiva, o Curso de Massagem ou o Curso de Medicina Aplicada à Educação Física e aos Desportos, serão conferidos respectivamente os diplomas de licenciado em educação física, de normalista especializada em educação física, de técnico desportivo, de massagista ou de médico especializado em educação física e desportos.

Art. 74 - Os diplomas de que trata o artigo anterior, uma vez registrados na repartição competente do Ministério da Educação, darão aos seus portadores as regalias na lei e neste Regimento.



Art. 75 - Os diplomas serão conferidos em sessão solene da Congregação, lavrando-se dela uma ata da qual conste o nome de todos os que nela se graduarem.

Parágrafo único - Os que deixarem de comparecer à sessão da Congregação mencionada neste artigo, poderão colar grau na Secretaria da Escola, com a presença do Diretor e de, pelo menos, dois professores catedráticos.

Art. 76 - Os alunos que concluírem o Curso de Treinamento Desportivo farão jus ao respectivo certificado, que, depois de registrado no órgão competente do Ministério da Educação e Cultura, os habilitará ao exercício da profissão.

Art. 77 - Os alunos que concluírem o Curso de Organização e Administração Desportiva, receberão o certificado correspondente, que, depois de registrado no órgão competente do Ministério da Educação e Cultura, os habilitará ao exercício da profissão.

#### TITULO IV

#### DO PESSOAL

#### SUB-TITULO I

#### DO PESSOAL DOCENTE

#### CAPITULO I

#### Modalidade do Pessoal Docente

Art. 78 - O pessoal docente divide-se em:

- a) pertencente a carreira de professorado em;
- b) não pertencente a essa carreira.

Art. 79 - O pessoal pertencente a carreira de professorado será distribuído pelos seguintes cargos, em ordem hierárquica crescente:

- a) instrutor;
- b) assistente;
- c) professor adjunto;
- d) professor catedrático ou professor de ensino superior, referência 31.

Art. 80 - O pessoal docente estranho à carreira de professorado é o seguinte:

- a) os docentes-livre;
- b) os professores contratados;
- c) os pesquisadores e técnicos especializados;
- d) os auxiliares de ensino;
- e) os executantes de técnicas desportivas.

Art. 81 - Haverá tantos professores catedráticos quantos a lei fixar e o número de professores adjuntos, assistentes e instrutores correspondentes a cada cátedra será fixado pela Congregação, conforme as necessidades do ensino.

Parágrafo único - As propostas relativas ao número de professores adjuntos, assistente e instrutores, serão formulados pelo professor catedrático respectivo perante a Congregação, com parecer do Departament

Art. 82 - O número de docentes-livres é ilimitado.

Parágrafo único - De cinco em cinco anos a Congregação fará revisão do quadro de docentes-livres, a fim de excluir aqueles que não houverem exercido atividade eficiente no ensino, na pesquisa, ou não tiverem publicado trabalho de valor doutrinário, ou de observação pessoal, que os recomende a permanência nas funções.

Art. 83 - Conforme a necessidade do ensino, a Congregação proporá ao Conselho Universitário o contrato, por tempo determinado, de professores nacionais e estrangeiros, para o fim previsto no art. 91 do Estatuto da Universidade do Brasil.

Parágrafo único - Não poderão ser contratados os candidatos inabilitados em provas a docência-livre ou em concurso da carreira de professorado.

Art. 84 - Serão pesquisadores e técnicos especializados os funcionários dos órgãos técnicos científicos anexos à Escola e cuja atividade tenha o caráter técnico de rotina ou pesquisa.

Parágrafo único - Os Departamentos, anexos aos quais funcionar órgão técnico-científico, estabelecerão as funções, direitos e deveres dos pesquisadores e técnicos que neles militem ad referendum da Congregação e do Conselho Universitário.

Art. 85 - Os auxiliares de ensino, em número indeterminado, serão os diplomados que colaborarem nas atividades da cátedra, sem proventos, mediante autorização expressa do professor catedrático, comunicada ao Diretor, e que se sujeitarem a todas as exigências do regime escolar e às disposições regimentais que regulam a atividade do pessoal docente.

## CAPITULO II

### Da Carreira de Professorado

Art. 86 - O ingresso na carreira de professorado far-se-á pelo cargo de instrutor, para o qual serão admitidos, pelo prazo de três anos, por ato do Diretor e proposta do respectivo professor catedrático, os diplomados pela Escola Nacional de Educação Física e Desportos e suas congêneres oficiais ou reconhecidas pelo Governo Federal, observadas as limitações relativas ao sexo, estabelecidas em lei e mais as seguintes, referentes a natureza do diploma:

a) para as cadeiras de Anatomia Humana e Higiene Aplicada, de Cinesiologia Aplicada, de Fisiologia Aplicada, de Fisioterapia Aplicada, de Metabologia Aplicada, de Bionatria Aplicada, de Traumatologia Desportiva e Socorros de Urgência e de Psicologia Aplicada, o candidato deverá apresentar o diploma de médico especializado em Educação Física e Desportos.

Art. 87 - Ao formular a proposta para instrutor, o professor catedrático levará em conta a vocação para o magisterio revelada pelo candidato, a aplicação que houver demonstrado como aluno e os trabalhos realizados depois de diplomado.

Parágrafo único - O instrutor poderá ser reconduzido por indicação catedrático e sempre pelo período de três anos, desde que não possa ser promovido a assistente por falta de vaga no quadro respectivo.



Art. 88 - Os assistentes serão admitidos pelo Diretor, por indicação do professor catedrático, recaindo a escolha em instrutor da cadeira.

§ 1º - A indicação para assistente será justificada pelo professor catedrático, analisando a assiduidade e eficiência do candidato no exercício das funções de instrutor e os trabalhos que houver publicado, além de juntar a ata de aprovação em prova realizada para esse fim.

§ 2º - A prova de que trata o parágrafo anterior, constará de um exame geral sobre as disciplinas da cadeira, sendo a natureza do exame e a limitação das matérias indicadas pelo Departamento competente;

§ 3º - O assistente será admitido pelo prazo máximo de três anos, podendo ser reconduzido mediante proposta do professor catedrático, desde que tenha realizado trabalhos de pesquisa, de crítica, ou de interesse didático, relativos à cadeira, e julgados de valor por uma comissão de três professores pertencentes ao Departamento da cadeira respectiva, designados pelo Diretor e integrada pelo respectivo titular.

Art. 89 - Os professores adjuntos serão admitidos pelo Diretor, na forma do Estatuto da Universidade.

§ 1º - A indicação para professor adjunto só poderá recair, em candidato que satisfaça as condições seguintes:

- a) ser assistente da cadeira, com três anos pelo menos do exercício do cargo;
- b) ser docente-livre da cadeira, com três anos, pelo menos, de exercício efetivo da atividade didática ou de pesquisa;
- c) ter publicado trabalhos relativos à cadeira e julgados de valor pelo Departamento respectivo.

§ 2º - Os títulos de cada candidato serão apreciados, segundo as normas estabelecidas no artigo 81 e seus parágrafos, por uma comissão constituída de três professores designados pelo Diretor, a qual funcionará sob a presidência do catedrático respectivo.

§ 3º - Serão habilitados os candidatos que alcançarem a média mínima sete, sendo indicado à Congregação, para provimento do cargo de professor adjunto, em parecer minucioso relativo aos títulos de todos os candidatos, aquele que obtiver o maior número de indicações parciais, cabendo à Congregação aprovar ou rejeitar o parecer.

Art. 90 - Os professores catedráticos serão nomeados por decreto do Presidente da República e escolhidos mediante concurso de títulos e de provas, podendo nele se inscrever:

- a) professores adjuntos da cadeira;
- b) docentes-livres habilitados na forma da lei;
- c) professores catedráticos da mesma disciplina, admitidos por concurso em outra Escola de Educação Física, oficiais ou reconhecidas pelo Governo Federal;
- d) pessoas de notório saber relativo à cátedra, a juízo da Congregação.

Art. 91 - No ato da inscrição, o candidato deverá apresentar, devidamente autenticados e selados, os seguintes documentos:

- a) prova de ser brasileiro nato ou naturalizado, (artigo 51, II, do Decreto n. 19.851);

- b) a prova de sanidade física e mental (artigo 51, III do mesmo decreto);
- c) prova de idoneidade moral (art. 51, III do mesmo decreto);
- d) prova de quitação do serviço militar;
- e) recibo de pagamento da taxa de inscrição.

Art. 92 - É condição de inscrição, indispensável aos candidatos mencionados na alínea d do artigo 90 a aprovação preliminar, pela Congregação de parecer formulado por uma comissão de três professores do Departamento a que pertencer a cadeira vaga e eleitos pela própria Congregação, que, a vista do merecimento excepcional das obras e do "curriculum vitae" do candidato, julgue o mesmo em condições culturais de concorrer à cátedra.

Art. 93 - Além dos documentos acima referidos, os candidatos deverão apresentar até a data do encerramento das inscrições:

a) 50 exemplares de tese original e inédita, de sua autoria, escrita sobre assunto compreendido na cadeira em concurso (art. 3º, § 1º do Decreto-lei número 271, de 12 de fevereiro de 1938; artigo 6.º, no parágrafo único da lei 444, de 4 de Junho de 1937);

b) títulos científicos, ou técnicos ou culturais comprobatórios do mérito do candidato, tais como:

I - Diplomas e quaisquer outras dignidades universitárias e acadêmicas;

II - estudos e trabalhos científicos, ou técnicos ou culturais, especialmente que assinalen pesquisas originais, ou revelem conceitos doutrinários pessoais de real valor;

III - comprovação de atividade didática do candidato;

IV - realizações práticas de natureza técnica ou profissional, particularmente as de interesse coletivo (artigo 52 do Decreto número 19.851 de 11 de abril de 1931).

Art. 94 - A inscrição para o concurso será aberta dentro de 30 dias após a verificação da vaga de catedrático e pelo prazo de seis meses, salvo se a Congregação resolver contratar, por tempo determinado, professor nacional ou estrangeiro, para reger a cadeira, ou dar-lhe provimento efetivo por transferência de outro catedrático.

Art. 95 - O julgamento do concurso para provimento ao cargo de professor catedrático será realizado por uma comissão de cinco membros: especialistas na cadeira ou disciplinas afins, dos quais 2 serão professores da escola, eleitos pela Congregação e três outros escolhidos pela Congregação dentre professores de outras escolas ou autoridades de notório saber.

Parágrafo único - A presidência de comissão caberá ao professor mais antigo dentre os eleitos pela Congregação.

Art. 96 - Na apreciação dos títulos de cada candidato, a comissão julgadora seguirá as seguintes normas:

I - Os títulos serão classificados em quatro grupos;

a) diplomas e quaisquer outras dignidades universitárias e acadêmicas apresentadas pelo candidato;



b) estudos e trabalhos científicos ou técnicos culturais, especialmente aqueles que assinalen pesquisas originais ou revelem conceitos doutrinários pessoais de real valor;

c) atividades didáticas exercidas pelo candidato;

d) realizações práticas de natureza técnica ou profissional particularmente aquelas de interesse coletivo.

II - A nota de cada examinador relativamente às atividades docentes será a soma das notas conferidas aos títulos respectivos de acordo com a tabela anexa.

III - Cada um dos três grupos de títulos, indicados nas alíneas a, b, c e d, receberá uma nota, de zero a dez, de cada examinador.

IV - A nota final de cada examinador relativa aos títulos de cada candidato será a média ponderada das notas por ele conferidas aos quatro grupos de títulos indicados no item I, sendo os seguintes os pesos respectivos:

- a) realização prática; peso um (1);
- b) diplomas e dignidades universitárias ou acadêmicas, peso dois (2);
- c) estudos e trabalhos, peso três (3);
- d) atividades didáticas, peso quatro (4);

§ 1º - O simples desempenho de funções públicas, técnicas ou a apresentação de trabalhos cuja autoria não possa ser autenticada, e exibição de atestados graciosos não constituem documentos idôneos.

§ 2º - Os títulos referidos nas alíneas a, d, c e d, do item I, do artigo quando se relaciona com Educação Física, terão valor maior que os demais.

Art. 97 - O concurso de provas (artigo 53, parágrafo único do Decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931) constará de:

a) Defesa de tese (art 3, parágrafo 1º do Decreto n.271, de 12 de fevereiro de 1938;

b) prova didática;

§ 1º - Na defesa de tese, a comissão deverá apreciar a penetração intelectual, a cultura e a clareza de exposição, revelada pelo candidato, no texto da tese e na maneira de defendê-la.

§ 2º - Cada membro da comissão julgadora terá quinze minutos a sua disposição para arguir o candidato e este disporá de tempo igual, para replicar.

Art. 98 - O julgamento final do concurso de que tratam os artigos anteriores obedecerá às seguintes normas

I - Cada examinador extrairá as médias das notas que atribuir a cada um dos candidatos somando a nota dos títulos e a nota das provas e dividindo a soma pelo número das provas exigidas, acrescido de uma unidade (artigo 3, § 1.º, da Lei n. 444, de julho de 1937).

II - As notas de um examinador não se somam às de outro.

III - Serão habilitados os candidatos que alcançarem, de três ou mais examinadores, a média de 7.

IV - Cada examinador fará a classificação parcial dos candidatos, indicando aqueles a que tiver atribuído a média mais alta.

V - Cada examinador decidirá ao empate entre as médias atribuídas

17

por êle mesmo a dois candidatos e o empate entre os examinadores será decidido em Congregação, em ato contínuo, e em tantos escrutínios quantos forem necessários.

VI - Será indicado à Congregação para o provimento da cátedra o candidato que obtiver o maior número de indicações parciais.

VII - A comissão julgadora apresentará à Congregação, para aprovação ou recusa, minucioso relatório dos seus trabalhos, justificando a indicação do candidato escolhido para o provimento da cátedra.

Parágrafo único - A rejeição do parecer exigirá o voto de 2/3 da totalidade dos membros da Congregação.

Art. 99 - A composição definitiva da comissão julgadora e o dia de sua instalação para início dos concursos das provas de habilitação ao magistério serão comunicados aos candidatos inscritos com antecedência mínima de trinta dias, mediante edital afixado na Portaria da Escola e publicado no órgão oficial.

Art. 100 - A Congregação, tendo menos de dois terços de professores catedráticos, indicará, para completar esse número, professores catedráticos efetivos de estabelecimentos congêneres, oficiais ou reconhecidos, de preferência entre os que lecionem a mesma matéria, ou afim, da cadeira posta em concurso ou profissionais de notório saber com atividade ou obras publicadas, pertencentes à mesma disciplina.

Parágrafo único - Os componentes da Congregação, escolhidos na forma deste artigo, participarão, com direito a voto, das sessões da Congregação concernentes ao concurso, e submeter-se-á a aprovação desta o parecer da comissão julgadora.

Art. 101 - A indicação a que se refere o artigo anterior será feita ao Reitor da Universidade, que a submeterá a aprovação do Conselho Universitário.

Parágrafo único - Em caso de rejeição de alguns dos nomes pelo Conselho, incumbirá à Congregação indicar o seu substituto.

Art. 102 - O parecer da comissão julgadora será submetido à aprovação do Conselho Universitário, quando já iniciado ou concluído perante este julgamento do concurso.

Art. 103 - A posse do professor catedrático será em sessão solene da Congregação, especialmente convocada para esse fim, podendo ser simultânea a posse de mais de um professor.

Art. 104 - Ao concorrente às provas de habilitação na carreira de professor ou professorado ou ao provimento da cátedra, que provar moléstia por atestado de dois médicos nomeados pelo Diretor, é facultado requerer o adiamento da realização de qualquer prova, por oito dias no máximo, desde que não esteja sorteado o ponto da prova que tiver de fazer.

Art. 105 - Nas provas e nos atos de julgamento do concurso ou de habilitação ao magistério, é indispensável a presença de todos os membros da comissão examinadora.

§ 1º - Se depois de iniciados os trabalhos se verificar o impedimento, não superior a sete dias, de um dos examinadores, a prova e o julgamento serão interrompidos; e se o impedimento ultrapassar sete dias, os trabalhos prosseguirão com os membros restantes da comissão, com validade plena de todos os seus atos.



§ 2º - Se depois de iniciados os trabalhos se verificar o impedimento simultâneo de dois ou mais examinadores, serão eles substituídos pela forma regimental com que foram escolhidos os primeiros, e os trabalhos prosseguirão, respeitadas as notas de julgamento já exaradas pelos examinadores impedidos.

Art. 106 - Nos concursos da carreira de professorado, cada examinador decidirá do empate entre as médias atribuídas por ele mesmo a dois candidatos e o empate entre os examinadores será decidido pela Congregação, em ato contínuo, em tantos escrutínios quantos forem necessários.

Art. 107 - Nas deliberações da Congregação, relativas ao concurso, às provas de habilitação, ao magisterio ou a transferência de cátedra, só poderão votar os professores catedráticos efetivos.

Art. 108 - Caberá recurso exclusivamente de nulidade de julgamento: de habilitação à livre-docência e do concurso para professores adjuntos à Congregação; e de concurso para professor catedrático, ao Conselho Universitário.

### CAPÍTULO III

#### Substituições, Transferências, Contrato e Disponibilidade

Art. 109 - O professor catedrático, durante os seus impedimentos, será substituído pelo professor adjunto e, na falta ou impedimento deste, pelo assistente que o catedrático indicar.

Art. 110 - Em caso de vacância da cátedra, esta será ocupada inteiramente pelo professor adjunto, salvo se a Congregação entender conveniente propor ao Conselho Universitário o contrato, por certo tempo, de professor estranho à carreira.

§ 1º. - Na falta de professor adjunto, o Diretor poderá designar para reger a cátedra inteiramente um dos assistentes da cadeira, ou outro professor catedrático, com audiência, em qualquer dos casos, da Congregação.

§ 2º. - Na primeira hipótese do parágrafo anterior, será preferido o assistente da cadeira que apresentar maior número de títulos.

Art. 111 - Antes da abertura do concurso poderá ser proposta ao Conselho Universitário o seu provimento por transferência de professor de outra cátedra, mediante indicação de três professores e voto de 2/3 da totalidade dos membros da Congregação.

Art. 112 - O professor catedrático efetivo que tiver extinta a sua cátedra, sem que haja outra vaga para a qual possa ser transferido, será declarado em disponibilidade.

### CAPÍTULO IV

#### Deveres e Direitos do Pessoal Docente

Art. 113 - Constituem deveres e atribuições do professor catedrático:

I. - Reger o ensino da disciplina ou das disciplinas correspondentes à cadeira e orientar todas as atividades docentes do professor adjunto, dos assistentes, instrutores e auxiliares do ensino respectivos;

- II - Promover e estimular pesquisas relativas à cadeira;
- III - Obedecer e fazer obedecer pelos seus auxiliares o horário de trabalhos escolares, fixado pela administração;
- IV - Apresentar ao Departamento a que pertencer, para fim de aprovação, até trinta de novembro de cada ano, o programa do curso de formação que elaborar para o ano letivo seguinte;
- V - Obedecer e fazer obedecer pelos seus auxiliares o programa da cadeira por ele elaborado e sujeito à aprovação do Departamento respectivo;
- VI - Fornecer aos alunos o sumário de cada aula, acompanhado de indicações bibliográficas;
- VII - Assinar o livro de frequência, ao fim de cada aula e registrar o assunto da mesma;
- VIII - Conferir notas às provas de rendimento escolar dos alunos, dentro dos prazos fixados neste Regimento e de acordo com as prescrições regimentais;
- IX - Destinar uma hora por semana, no mínimo, para atender, na sede da Escola, à consulta dos alunos;
- X - Tomar parte nos trabalhos da Congregação e da Assembléia Universitária;
- XI - Fazer parte das comissões examinadoras ou outras, para as quais for designado pelo Diretor ou pela Congregação;
- XII - Elaborar o plano dos cursos de pós-graduação e de extensão, relativos à cadeira, submetendo-o à Congregação;
- XIII - Apresentar ao Diretor, anualmente, até 15 de janeiro, relatório circunstanciado dos trabalhos escolares do ano letivo findo, especificando a matéria dada, segundo o programa, as atividades didáticas e de pesquisas, pessoalmente exercidas;
- XIV - Apresentar anualmente à Biblioteca da Escola, uma lista de novos livros e revistas, para atualizar a parte relativa à cadeira;
- XV - Comunicar ao Diretor as autorizações de auxiliares de ensino;
- XVI - Propor ao Diretor a aplicação de penas disciplinares, tanto ao corpo discente como aos docentes auxiliares;
- XVII - Obedecer e fazer obedecer as disposições deste Regimento;
- XVIII - Acatar e fazer acatar as determinações do Diretor e do chefe do Departamento respectivo, baseadas na lei, no Estatuto da Universidade e neste Regimento;
- XIX - Sugerir ao Diretor as medidas que julgar convenientes para a eficiência do ensino.
- § 1º - O professor que não apresentar o programa da cadeira que rege, dentro do prazo fixado no item IV do artigo, deverá submeter-se a programa que o Departamento respectivo elaborar.



§ 2º - O programa de cada disciplina deve ser esgotado durante o ano letivo; caso isso não se verifique, o professor que rege a cadeira informará ao Diretor, na primeira quinzena de outubro, as causas que o impediram, cabendo ao Departamento respectivo elaborar um programa especial, para as aulas suplementares.

Art. 114 - São direitos do professor catedrático:

- I - A vitaliciedade e inamovibilidade, nos termos da lei;
- II - ser eleito para o Conselho Universitário e para o Conselho de Curadores, nos Termos do Estatuto da Universidade;
- III - Ser indicado para Diretor, pela Congregação, na lista triplice;
- IV - fazer ao Diretor, indicações para instrutores e assistentes da cadeira;
- V - perceber os proventos do cargo, autorizados em lei, no Estatuto da Universidade e neste Regimento, e fixados no orçamento;
- VI - afastar-se das atividades didáticas da Escola, pelo prazo de um ano, a fim de se devotar a pesquisas relativas à cadeira, no país ou no exterior, ou para realizar cursos em universidades estrangeiras, sem prejuízo de seus direitos e vantagens, nos termos do artigo 119 do Estatuto;
- VII - ficar isento de trabalhos durante as férias escolares, salvo convocação extraordinária do Diretor;
- VIII - receber bolsas destinadas a estudos, no país ou no exterior;
- IX - ser jubilado, nos termos da lei, e alcançar o título de professor emérito, na forma do Estatuto.

Parágrafo Único - Caberá ao Departamento respectivo verificar a produtividade dos trabalhos empreendidos pelo professor, no caso do item VI, podendo propor a prorrogação do prazo concedido, ou suspender a autorização.

Art. 115 - São deveres e atribuições comuns a professores adjuntos, assistentes, instrutores e auxiliares de ensino:

- I - Colaborar em todas as atividades do professor catedrático respectivo, na forma que ele determinar, inclusive a realização das aulas que lhes forem distribuídas;
- II - seguir a orientação do ensino, dado pelo catedrático;
- III - fazer parte das comissões para as quais for designado pelo Diretor, ou pelo catedrático respectivo;
- IV - obedecer aos horários e programas escolares;
- V - acatar e fazer acatar as determinações do professor catedrático respectivo, baseadas na lei, no Estatuto da Universidade e neste Regimento;
- VI - Sugerir ao professor catedrático respectivo as medidas que julgar convenientes para a eficiência do ensino;

VII - obedecer e fazer obedecer as disposições d'este Regimento.

Art. 116 - São direitos comuns a professores adjuntos, assistentes e instrutores;

- I - perceber os proventos do cargo, de acôrdo com a lei, e com o orçamento da Universidade;
- II - receber bolsas destinadas a estudos no país e no exterior;
- III - candidatar-se aos cargos superiores, da carreira de professorado;
- IV - ser aposentado, nos têrmos da lei.

Art. 117 - Constituem atribuições e deveres próprios do professor adjunto:

- I - dirigir trabalhos determinados;
- II - orientar as atividades dos assistentes e instrutores que o catedrático tiver designado para determinados trabalhos em conjunto, e na forma que o catedrático estabelecer.

Art. 118 - São direitos próprios do professor adjunto:

- I - tomar parte nos trabalhos da Congregação e da Assembléia Universitária, enquanto ocupar inteiramente a cátedra;
- II - afastar-se das atividades didáticas da Escola, nos têrmos do item VI do artigo 97.

Art. 119 - São atribuições e deveres próprios do assistente;

- I - orientar os alunos nos trabalhos da cadeira e nos exercícios práticos executados, quando necessario, os elementos do trabalho físico;
- III - ser designado pelo Diretor, para ocupar inteiramente a cátedra vaga na falta do professor adjunto respectivo;
- IV - substituir o professor catedrático ou adjunto, nos seus impedimentos;
- V - tomar parte nos trabalhos da Congregação, enquanto ocupar interinamente a cátedra.

Art. 120 - São atribuições e deveres próprios do instrutor;

- I comparecer ao local das aulas, antes das horas de iniciarem, a fim de dispor, segundo as indicações do professor catedrático, tudo quanto for necessario e eficiência didática;
- II - registrar a frequência dos alunos às aulas, no livro apropriado.
- III - preparar as cópias dos sumários de aula e indicações bibliográficas, distribuindo-as entre os alunos;
- IV - realizar pesquisas bibliográficas e orientar os alunos a fazê-las;
- V - organizar o arquivo da cadeira e zelar pela sua conservação.
- VI - cuidar da conservação do museu ou do laboratório pertencente à cadeira;
- VII - exercitar o aluno na interpretação dos objetos do museu e no manejo de instrumentos e aparelhos de laboratório;
- VIII - substituir o assistente impedido;
- IX - executar os elementos do trabalho físico.

Parágrafo Único - Na falta de instrutor, as suas funções poderão ser exercidas pelo assistente mais novo no cargo ou por auxiliar de ensino, se assim o determinar o professor catedrático.



## CAPÍTULO V

## Habilitação à Docência-Livre

Art. 121 - A docência-livre será concedida, mediante concurso de títulos e provas, ao candidato que satisfazer as exigências seguintes:

- I - ser portador do diploma respectivo estabelecido no artigo 86.
- II - ser considerado idôneo, pela maioria da Congregação;
- III - ser habilitado nas seguintes provas:
  - a) prova de títulos;
  - b) defesa de tese;
  - c) prova didática;
  - d) prova escrita.

Art. 122 - A prova de títulos e a defesa de tese obedecerão às normas estabelecidas neste Regimento para os concursos de professor catedrático.

Art. 123 - A prova didática constará de duas aulas, de cinquenta minutos cada uma, sendo uma teórica, ministrada sobre o tema constante do programa da cadeira e sorteado com 24 horas de antecedência, e uma prática, cujo ponto será sorteado no momento.

Parágrafo único. - Se a cadeira constar de duas ou mais disciplinas a teórica versará sobre uma delas e a prática sobre outra, sendo a indicação feita por sorteio à vista do candidato.

Art. 124 - A prova escrita constará de uma dissertação sobre um dos pontos do programa, sorteado no momento pela comissão examinadora e terá a duração máxima de seis horas.

Art. 125 - As provas de habilitação à docência-livre serão julgadas por uma comissão de cinco professores, dois serão professores da Escola, eleitos pela Congregação e três outros designados pela Congregação, escolhidos entre os professores da mesma disciplina em outras escolas de Educação Física, oficiais ou reconhecidas pelo Governo Federal, ou especialistas de notável saber na matéria.

Art. 126 - Cada examinador extrairá a média aritmética das notas atribuídas às provas realizadas pelo candidato e este será habilitado se alcançar a média 7, no conjunto dos graus que lhe forem conferidos.

Art. 127 - A inscrição para as provas de habilitação à docência-livre, permanecerá aberta anualmente, de primeiro de janeiro a trinta de abril, e as provas realizar-se-ão no segundo período do ano letivo, em data fixada pela Congregação.

Art. 128 - São direitos e deveres do docente-livre:

- I - realizar cursos de extensão, cujo programa tenha sido aprovado pela Congregação;
- II - colaborar na realização de cursos organizados pelo Departamento respectivo e aprovados pela Congregação;
- III - receber por suas atividades didáticas a remuneração prevista no orçamento da Universidade;
- IV - fazer parte da Assembléia Universitária;
- V - votar e ser votado para representante dos docentes-livres no Conselho Universitário;
- VI - votar e ser votado para representantes dos docentes-livres na Congregação, nos termos do artigo 44 e do Estatuto;

VII - concorrer para o provimento ao cargo de professor adjunto e de professor catedrático;

VIII- submeter as suas atividades docentes à fiscalização do chefe de Departamento respectivo e aos dispositivos regimentais que lhe forem aplicáveis.

Art. 129 - O docente-livre poderá reger cursos de formação equiparados, desde que disponha de local e de material adequado, a juízo da Congregação da Escola.

Parágrafo único - O docente-livre que ocupar cargo da carreira de professor não poderá realizar cursos equiparados.

## CAPITULO VI

### Das Penalidades

Art. 130- O pessoal docente está sujeito às seguintes penas disciplinares:

- a) advertência;
- b) repreensão;
- c) suspensão até oito dias;
- d) suspensão de nove a trinta dias;
- e) afastamento temporário;
- f) destituição.

Art. 131 - As penas previstas no artigo anterior serão aplicadas na forma seguinte:

#### I - advertência:

- a) por transgressão de prazos regimentais ou falta de comparecimento a atos escolares para os quais tenha sido convocado, salvo justificção apresentada ao Diretor;
- b) falta de comparecimento aos trabalhos escolares por mais de oito dias consecutivos, sem causa participada e justificada.

#### II - repreensão:

- a) na segunda reincidência das duas alíneas anteriores.

#### III - suspensão até oito dias:

- a) por falta de acatamento às determinações das autoridades universitárias, baseadas na lei e neste Regimento;
- b) por desrespeito em geral a qualquer disposição explícita neste Regimento.

IV - suspensão de nove a trinta dias: na reincidência das três alíneas anteriores.

#### V - afastamento temporário:

- a) nos mesmos casos do item IV;
- b) por desídia no desempenho da função.

#### VI - destituição:

- a) por abandono das funções, sem licença, durante mais de trinta dias;
- b) por afastamento do cargo, por mais de quatro anos consecutivos em atividades estranhas ao magistério, salvo o caso de funções públicas eletivas ou em comissão na alta administração pública;
- c) por incompetência cultural e incapacidade didática, desídia inveterada no desempenho das funções, ou atos incompatíveis com a moralidade e dignidade da vida universitária;
- d) por delitos sujeitos a ação penal.



Parágrafo único - A pena de advertência, primeiramente verbal e sigilosa será aplicada por escrito na reincidência.

Art. 132 - As penas de advertência, repreensão e suspensão até oito dias são da competência do Diretor; as de suspensão de nove trinta dias e a pena de afastamento temporário são da competência da Congregação.

Art. 133 - A pena de destituição será proposta ao Conselho Universitário pelo Diretor, nos casos da alínea a, b e d, e pelo voto de 2/3 da totalidade dos membros da Congregação, no caso da alínea c do item VI do artigo 131.

§ 1.º - Em qualquer dos casos a pena de destituição será proposta mediante inquerito administrativo no qual atuara uma comissão de professores catedráticos eleitos pela Congregação.

§ 2.º - Nas deliberações da Congregação relativas à pena de destituição, só poderão votar os professores catedráticos efetivos.

§ 3.º - Os docentes que gozarem do direito de vitalidade só poderão ser destituídos após sentença do poder judiciário, por provocação da Universidade e mediante o voto do Conselho Universitário.

Art. 134 - Das penalidade impostas pelo Diretor e pela Congregação, caberá recurso, respectivamente, ao Reitor e ao Conselho Universitário.

Art. 135 - Toda as penalidade aplicadas aos membros do corpo docente constarão, como demeritos, do curriculum vitae do candidato aos cursos previstos para o acesso na carreira do professorado.

## CAPITULO VII

### Do Regime do Tempo Integral

Art. 136 - Os professores catedráticos, adjuntos, assistentes e pesquisadores da Escola Nacional de Educação Física e Desportos que, em suas cadeiras, estiverem promovendo pesquisas de ordem experimental ou especulativa, cujo pleno desenvolvimento exija a consagração do tempo integral de trabalho, poderão obter gratificação de tempo integral, na forma do presente Regimento.

Art. 137 - A gratificação de tempo integral poderá ser concedida pelo Conselho Universitário aos funcionarios das categorias enumerada no artigo anterior que a requerem, desde que fiquem satisfeitas as exigências seguintes:

- I - apresentação de um plano de pesquisas para o período de 3 anos,
- II - existência de instalações materiais e recursos bibliográficos suficientes para o cumprimento do mesmo plano;
- III - verificação de pesquisa já iniciada, com andamento ou resultados parciais que autorizem o pedido;
- IV - existência dos auxiliares indispensáveis, ou concessão de recursos orçamentários para a sua admissão.

V - conveniência, para o país ou para o desenvolvimento da cultura universitária, em ser incrementada a pesquisa proposta pelo requerente

Art. 138 - O requerimento de tempo integral, instruído com os documentos que demonstrem, a juízo do requerente, o preenchimento dos requisitos enumerados no artigo anterior, será apresentado ao Diretor da Escola, até o dia 30 de junho de cada ano, para que, em caso de deferimento, sejam consignados os créditos necessários no orçamento do ano seguinte.

Parágrafo único - O Diretor, recebido o requerimento e ouvido o respectivo Departamento, informará da conveniência para a Escola ser atendido ou recusado o pedido, e passará o processo, depois de aprovado pela Congregação, ao Reitor da Universidade, o qual designará uma comissão de três membros para elaborar parecer sobre a concessão.

Art. 139 - A concessão de gratificação de tempo integral será dada inicialmente pelo prazo de três anos.

Art. 140 - Da Comissão nomeada pelo Diretor não poderão fazer parte professores pertencentes à Escola, sendo admissível a nomeação de cientistas idôneos estranhos à Universidade e ao magistério.

Art. 141 - A Comissão visitará os laboratórios, gabinetes e locais de trabalhos do requerente, realizará todas as investigações necessárias à formação do seu juízo sobre cada um dos requisitos enumerados no artigo 124 e, afinal, elaborará parecer fundamentado, que será submetido à aprovação do Conselho Universitário.

Art. 142 - O funcionário que obtiver gratificação de tempo integral não poderá exercer atividade gratuita ou remunerada fora do círculo de suas pesquisas e ocupações universitárias.

Parágrafo único - Excetuan-se desta proibição as publicações de qualquer natureza, os cursos de extensão ou extraordinários em estabelecimentos de ensino superior, as conferências e comunicações, as comissões de caráter cultural e as vantagens auferidas em contratos pela Reitoria, na conformidade do Estatuto da Universidade.

Art. 143 - Terminado o prazo referido no artigo 126, a renovação se fará nas condições estabelecidas nos artigos 124, 125, 127, 128 e 129 pelo prazo de três anos.

Parágrafo único - Após nove anos de usufruto da gratificação de tempo integral, fica a mesma incorporada, para todos os efeitos, aos vencimentos do funcionário.

Art. 144 - O funcionário que infringir a disposição do artigo número 129, perderá a gratificação de tempo integral e ficará obrigado a restituir aos cofres públicos as mensalidades recebidas naquele ano, devendo a infração ser apurada por inquérito, cuja abertura cabe ao Reitor da Universidade.

Art. 145 - A gratificação de tempo integral, prevista neste capítulo não será inferior a 100% dos vencimentos do funcionário.

## SUB-TÍTULO II

### DO PESSOAL DISCENTE

Art. 146 - São membros do corpo discente todos os alunos regularmente matriculados nos diversos cursos da Escola.



## CAPITULO I

## Dos Deveres e Direitos

Art. 147 - São deveres dos alunos:

- I - deligenciar no aproveitamento máximo do ensino;
- II - frequentar os trabalhos escolares, na forma dêste Regimento;
- III - submeter-se às provas de rendimento escolar, previstas neste Regimento e a outras que forem exigidas pelos professores catedráticos;
- IV - abster-se de atos que possam importar em perturbação da ordem, ofensa aos bons costumes, desrespeito aos professores e às autoridades universitárias;
- V - contribuir para o prestígio sempre crescente da Escola e da Universidade;
- VI - observar tôdas as disposições dêste Regimento.

Art. 148 - São direitos do aluno:

- I - receber ensino referente ao curso em que se matriculou;
- II - ser atendido pelo pessoal docente em tôdas as suas solicitações de orientação pedagógica;
- III - fazer parte do Direito Acadêmico da Escola;
- IV - ser eleito para o Diretório Central de Estudantes;
- V - ser eleito representante do corpo discente da Escola na Assembleia Universitária;
- VI - pleitear o aproveitamento de bolsas destinadas a estudo no país e no exterior;
- VII - apelar das penalidades impostas pelos órgãos administrativos para os órgãos de administração da hierarquia superior;
- VIII - comparecer à sessão da Congregação, do Conselho Departamental ou do Conselho Universitário que tiver de julgar recursos sobre a aplicação de penas disciplinares que lhes houverem sido impostas.

## CAPITULO II

## Das Penalidades

Art. 149 - Os alunos estão sujeitos às seguintes penalidade:

- a) advertência;
- b) repreensão;
- c) suspensão até oito dias;
- d) suspensão de 9 a 30 dias;
- e) afastamento temporário;
- f) expulsão.

Art. 150 - As penas previstas no artigo anterior serão aplicadas na forma seguinte:

**I - Advertência:**

- a) por desrespeito ao Diretor, qualquer membro do corpo docente e autoridade universitária;
- b) por desobediência às determinações do Diretor, de qualquer membro do corpo docente, ou de autoridade universitária;
- c) por perturbação da ordem no recinto da Escola;
- d) por prejuízo material do patrimônio da Escola, além da obrigação de substituir o objeto danificado ou indenizá-lo.

**II) - Repreensão:**

- a) na reincidência das quatro alíneas anteriores;
- b) por ofensa ou agressão a outro aluno;
- c) por injúria a funcionário administrativo;

**III) - Suspensão até 8 dias:**

- a) na reincidência das duas alíneas anteriores;
- b) por improbidade na execução de trabalhos escolares;
- c) por injúria ao Diretor, a qualquer membro do corpo docente ou autoridade universitária.

**IV) - Suspensão de 9 a 30 dias;**

na reincidência das duas alíneas anteriores;

**V) - Afastamento temporário:**

- a) nos mesmos casos do item IV;
- b) por agressão ao Diretor, à autoridade universitária, a qualquer membro do corpo docente ou a funcionário administrativo.

**VI - Expulsão:**

- a) por atos desonestos, incompatíveis com a dignidade da corporação;
- b) por delitos sujeitos à ação penal.

Art. 151 - As penas de advertência, repreensão e suspensão até 30 dias e pena de afastamento temporário são da competência da Congregação.

Parágrafo único - As penas de advertência serão aplicadas pelo Diretor primeiramente, em caráter reservado, e na reincidência, por escrito.

Art. 152 - A pena de expulsão será proposta ao Conselho Universitário pelo Reitor, mediante representação do Diretor.

Art. 153 - Nos casos de aplicação das penas de afastamento temporário e de expulsão, o Diretor abrirá inquérito, ouvindo testemunhas.



e o acusado, sendo por escrito tôdas as convocações para qualquer ato do inquérito disciplinar.

§ 1º - Durante o inquérito o acusado não poderá ausentar-se nem obter transferência para outro estabelecimento de ensino superior.

§ 2º - Concluído o inquérito, a aplicação da pena disciplinar será comunicada, por escrito, ao aluno culpado, e ao seu responsável, se for maior, com a indicação dos motivos que a determinaram.

Art. 154 - Das penalidade impostas pelo Diretor e pela Congregação, caberá recurso, respectivamente, ao Reitor e ao Conselho Universitário.

Art. 155 - O corpo discente terá como único órgão de representação o Diretório Acadêmico, entidade elementar da União Nacional dos Estudantes.

Art. 156 - O Diretório Acadêmico tem por finalidade:

- a) representar o corpo discente da Escola e defender os interesses dos Estudantes, de acordo com os princípios gerais orientadores da União Nacional dos Estudantes e dos Congressos Nacionais;
- b) desenvolver o espírito universitário entre os estudantes;
- c) cooperar com os professores, o Conselho Departamental e a Diretoria da Escola, na elevação constante o nível do ensino;
- d) cooperar com as demais entidades estudantis na consolidação da coletividade estudantil;
- e) pugnar na defesa dos interesses profissionais futuros da classe;
- f) auxiliar, na medida de suas possibilidades os estudantes da Escola, dispensando-lhes a assistência que se torna precisa.

Art. 157 - As atribuições do Diretório Acadêmico serão fixadas no respectivo Estatuto, elaborado em Assembléa Geral por todos os alunos da Escola e aprovado pela Congregação, ad referendum do Conselho Universitário.

Art. 158 - Os estudantes regularmente matriculados nos cursos regulares da Escola deverão eleger um Diretório Acadêmico, constituído de 9 (nove) membros no maximo, que será reconhecido pela Congregação como órgão legítimo de representação, para todos os efeitos, do corpo discentes da Escola.

§ 1º - As reuniões, para a realização das eleições aludidas neste artigo, deverão ser presididas por um dos membros do corpo docente da Escola, convidado para esse fim.

§ 2º - Na escolha dos membros do Diretório Acadêmico serão respeitadas as seguintes exigências;

- a) somente poderão ser eleitos estudantes brasileiros, regularmente matriculados na totalidade das disciplinas da série;
- b) somente poderão ser reeleitos estudantes que tenham sido promovidos no ano letivo anterior e não hajam sofrido penalidade disciplinares;
- c) somente poderão ser eleitores estudantes efetivamente matriculados.

§ 3º - O Diretório de que trata este artigo organizará comissões permanentes, constituídas de membros a ele pertencentes, entre as quais deverão comparecer as três seguintes:

- 1.ª - comissão de beneficência e previdência;
- 2.ª - comissão científica;
- 3.ª - comissão social.

§ 4º - As atribuições do Diretório Acadêmico e, especialmente de cada uma de suas comissões, serão discriminadas no respectivo Estatuto que deve ser aprovado pelo Diretor, mediante parecer do Conselho Departamental.

§ 5º - <sup>especialmente</sup> Caberá ao Diretório a defesa do interesse do corpo discente e de cada um dos estudantes em particular, perante os órgãos administrativos.

Art. 159 - O Diretório Acadêmico elegerá dois representantes seus para o Diretório Central de Estudantes.

Parágrafo único - As reuniões do Diretório Acadêmico, realizadas a eleição dos representantes de que trata este artigo, deverão ser presididas por um dos membros do corpo docente, para este fim especialmente convidado.

Art. 160 - Com o fim de estimular as atividades das associações dos estudantes, quer em obras de assistência material ou espiritual, quer em competições e exercícios esportivos, quer em comemorações e iniciativas de caráter social, proporá o Conselho Departamental, ao elaborar o orçamento anual da Escola, uma subvenção.

§ 1º - A importância a que se refer este artigo será posta à disposição do Diretório Acadêmico.

§ 2º - Os pedidos de numerário e material feitos pelo Diretório Acadêmico, obedecerão as formas gerais admitidas neste Regimento para as dependências da Escola.

§ 3º - O Diretório apresentará ao Conselho Departamental, ao término de cada exercício, o respectivo balanço, comprovando a aplicação de subvenção recebida, bem como da cota, com que tenha concorrido, sendo vedada a distribuição de qualquer parcela da nova subvenção antes de aprovado o referido balanço.

Art. 161 - O Diretório Acadêmico que, depois de advertido, insistir na prática de atos infringentes das leis universitárias ou do próprio Estatuto e, bem assim, o que não cumprir as decisões do Conselho Universitário, será dissolvido pelo Reitor, convocando o Diretor da Escola, imediatamente, novas eleições.

Art. 162 - Além do Diretório Acadêmico poderão ser organizados grêmios de alunos, para fins cívicos, artísticos, literários e científicos, de interesse dos discentes de determinado curso ou turma.

§ 1º - Os estatutos de cada um desses grêmios, serão aprovados pelo Diretor, mediante parecer do Conselho Departamental.

§ 2º - Cada grêmio escolherá um dos membros do corpo docente para seu consultor, o qual presidirá as assembleias gerais respectivas.



SUB-TÍTULO III  
DO PESSOAL ADMINISTRATIVO

CAPÍTULO I

Dos Deveres e Responsabilidades

Art. 163 - Os deveres, responsabilidades e vantagens do pessoal administrativo, obedecerão as normas estabelecidas no Estatuto do Funcionário Público da União

Art. 164 - A lotação do pessoal administrativo será anualmente proposta a Reitoria, de acordo com as exigências do serviço da Escola.

Art. 165 - São deveres do funcionário, além dos que lhe couberem pelo cargo ou função:

I - Comparecer, decentemente trajado ou com o uniforme que for determinado, ao serviço da repartição e, nela, permanecer no horário ordinário estabelecido, ou nas horas extraordinárias para que for convocado, executando os trabalhos que lhe forem atribuídos;

II - Cumprir, disciplinarmente as ordens de serviços dos superiores hierárquicos;

III - Desempenhar, com zelo e presteza, os trabalhos de que for incumbido;

IV - Guardar o devido sigilo sobre os assuntos da instituição e sobre despachos, decisões ou providências;

V - Representar, a seus chefes imediatos, sobre as irregularidades de que tiver conhecimento, ocorridas na dependência em que servir;

VI - Manter o espírito de cooperação com os companheiros de trabalho, em tudo que interessar ao bem comum da Escola;

VII - Zelar pela poupança do material da instituição e pela conservação do que for confiado a sua guarda;

VIII - Observar as normas de disciplina, ordem, respeito hierárquico e compostura, no recinto da instituição;

IX - Atender com urbanidade, cortesia e solicitude, ao público e às partes que tenham interesse a tratar.

Art. 166 - É vedado a qualquer funcionário administrativo, salvo com delegação de poderes do Diretor, corresponder-se, em caráter oficial, com pessoal ou instituições estranhas à Escola.

Art. 167 - São considerados secretos todos os atos em elaboração na Administração, até que, completados, possam ser dados a publicidade ou ao conhecimento das partes, legitimamente interessadas.

Art. 168 - A função de Secretário da Escola será exercida por um servidor lotado na repartição e designado pelo Diretor.

Art. 169 - A função de chefe de seção será exercida por servidor de comprovada competência, capacidade de organização e idoneidade moral.

Parágrafo único - Na escolha de servidores, lotados na Escola, para a função de chefe de seção, deverá predominar, sempre, o critério do merecimento.

## CAPITULO II

### Das Vantagens e Lotação

Art. 170 - O servidor designado para exercer a função de chefe perceberá a gratificação que for estabelecida no orçamento.

Art. 171 - A prestação de serviço extraordinário, por servidor administrativo, será remunerada:

a) ou por hora de trabalho, antecipado ou prorrogado, na razão de 1/3 de vencimento de um dia, para cada hora de serviço extraordinário, excluída a primeira hora;

b) ou por arbitramento prévio, pelo Diretor.

Parágrafo único - A prestação de serviço extraordinário dependerá de convocação do servidor pelo Diretor, de iniciativa própria, ou proposta do responsável pelo serviço, justificada, e aprovada pelo Diretor.

Art. 172 - A lotação de serviços administrativos e as categorias de servidores, na Escola, serão aprovados pelo Conselho Departamental.

Art. 173 - A situação, os deveres e vantagens, além dos especificados neste Regimento, e os direitos, quanto às diárias, ajudas de custo, férias, estabilidade, disponibilidade, aposentadoria, acumulação, assistência, petição, do pessoal administrativo da Escola, bem como as penalidades de que o mesmo é passível, são os estabelecidos no Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis da União e legislação subsequente.

## TÍTULO V

### DA ADMINISTRAÇÃO

#### SUB- TÍTULO I

#### DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

Art. 174 - A organização administrativa da Escola será superintendida pelos seguintes órgãos de direção.

- a) Congregação;
- b) Diretoria;
- c) Conselho Departamental.

### CAPÍTULO I

#### Da Congregação

Art. 175 - A Congregação é o órgão superior da direção pedagógica e didática.

Art. 176 - A Congregação será constituída pelos:

- a) professores catedráticos efetivos;
- b) professores catedráticos interinos;



- c) professores catedráticos em disponibilidade;
- d) professores emeritos;
- e) por um representante dos docentes-livres da Escola, por eles eleito, por três anos, em reunião presidida pelo Diretor.

§ 1º - Nas sessões da Congregação, é facultativa a presença dos professores emeritos e em disponibilidade, não sendo computados para efeito da verificação legal;

§ 2º - As sessões da Congregação ~~da Congregação~~ somente poderão ser iniciadas com a presença de mais da metade de seus membros, excetuando-se as sessões solenes, que poderão realizar-se com qualquer numero.

Art. 177 - Compete à Congregação:

- a) elaborar o Regimento da Escola;
- b) escolher, por votação uninominal, dentre os professores catedráticos efetivos, em exercício de suas funções, três nomes para constituição da lista-tríplice para provimento do cargo de Diretor;
- c) eleger representante no Conselho Universitário;
- d) deliberar sobre todas as questões relativas ao provimento de cargos do magistério, na forma estabelecida neste Regimento, de acordo com as disposições da legislação vigente e do Estatuto da Universidade;
- e) deliberar sobre todas as questões que, direta ou indiretamente, interessarem as ordens pedagógicas, didática e patrimonial;
- f) deliberar em primeira instância sobre a destituição de membros do magistério;
- g) colaborar com a Diretoria e com os órgãos da Universidade, quando devidamente consultada;
- h) eleger pelo processo uninominal dois dos seus membros e escolher 3 outros para constituir as comissões examinadoras dos concursos para professor catedrático e para docentes-livres;
- i) deliberar sobre as inscrições e realização dos concursos e tomar conhecimento dos pareceres elaborados pelas respectivas comissões examinadoras;
- j) designar o professor adjunto para substituir o professor catedrático nos seus impedimentos, quando estes excederem a um período escolar;
- k) constituir comissões especiais de professores ou designar professores para o estudo de assuntos que interessem a Escola ou para representa-la em congressos científicos ou em comissões técnicas;
- l) emitir parecer sobre quaisquer assuntos de ordem didática.
- m) autorizar os contratos dos professores para a realização de cursos ou para a execução de pesquisa;
- n) autorizar a nomeação de auxiliares de ensino;

- o) aprovar os programas dos cursos normais ou extraordinários;
- p) concorrer para eficiência do ensino, sugerindo aos poderes superiores, por intermédio do Diretor, as providências que julgar necessárias;
- q) conceder ao professor dispensa temporária do magistério, para realização de pesquisas, no país ou no estrangeiro;
- r) deliberar sobre a concessão de prêmios escolares;
- s) deliberar sobre as questões diretas ou indiretamente interessadas ao patrimônio da Escola;
- t) exercer os demais atos que sejam de sua competência, em virtude de lei, do Estatuto da Universidade e deste Regimento;
- u) propor ao Conselho Universitário despesas extraordinárias não previstas no orçamento.

Art. 178 - A Congregação se reunirá ordinariamente 2 vezes por ano, devendo a convocação dos membros da Congregação para as sessões ser feita com antecedência de, pelo menos, 48 horas, por ofício do Diretor, no qual virão declarados os fins da reunião.

Parágrafo único - A Congregação se reunirá extraordinariamente, a pedido do Diretor ou por solicitação de 1/3 de seus membros.

Art. 179 - Aberta a sessão, o secretário procederá a leitura da última ata, que, depois de discutida e aprovada, será assinada pelos membros presentes; o Diretor exporá, em resumo, a ordem do dia da reunião e dará a palavra aos membros que desejarem se manifestar sobre os assuntos em discussão.

Parágrafo único - No caso de conter partes distintas, o assunto em debate poderá qualquer dos membros da Congregação requerer que seja cada uma delas discutida e votada separadamente.

Art. 180 - Durante a discussão não será permitido, a nenhum dos membros da Congregação, o uso da palavra por mais de 10 minutos, de cada vez, nem mais de 2 vezes sobre o mesmo assunto, excluído o relator, para esclarecimentos.

Parágrafo único - Finda a discussão de cada objeto, o Diretor o sujeitará a votação e esta, quando nominal, principiará pelo professor mais moderno, votando porém antes dele o representante dos docentes-livres e os substitutos em exercício.

Art. 181 - As deliberações da Congregação serão tomadas por maioria de votos, ressalvada a hipótese de pedido de reforma deste Regimento, quando serão exigidos 2/3 do número total dos membros da Congregação.

§ 1º - Se o assunto interessar diretamente a qualquer um de seus membros, a votação será por escrutínio secreto, prevalecendo, se houver empate, a opinião favorável ao interessado, que poderá tomar parte na discussão, mas não poderá votar nem assistir à votação.

§ 2º - O Diretor além de seu voto, terá o de qualidade.



Art. 182 - O membro da Congregação que assistir à sessão não poderá deixar de votar e o que abandonar a sessão sem justo motivo, apregiado pela Congregação, incorrerá em falta igual à que cometeria se não comparecesse, sem causa justificada.

Art. 183 - Se, no decurso de uma sessão, verificar-se falta de número, a discussão prosseguirá, ficando adiadas as votações para quando, na mesma sessão ou em outra, estiver presente o número regimental.

Art. 184 - Resolvendo a Congregação que fique em segredo alguma das decisões, lavrar-se-á da mesma uma ata especial, fechada com selo da Escola, e sobre a capa do envoltório lançará o Secretário a declaração de sigilo, assinada por ele e pelo Diretor, assinalando também o dia em que se tiver deliberado.

Art. 185 - Poderá a Congregação, quando lhe parecer oportuno, retirar da referida ata o caráter sigiloso.

Art. 186 - Esgotados os objetivos principais da sessão, poderão os membros da Congregação, propor a discussão do que julgarem convenientes à regularidade e ao aperfeiçoamento do ensino, adiando-se porém as votações para a sessão seguinte.

Art. 187 - Se, por falta de tempo, não puderem ser decididas na sessão alguma das questões suscitadas, ficará adiada a discussão respectiva, marcando, então, o Diretor o dia em que se deva prosseguir.

Art. 188 - O Secretário lançará por extenso, na ata de cada sessão, as indicações propostas e o resultado de cada votação.

§ 1º - os requerimentos e demais papéis submetidos ao julgamento da Congregação, bem como as deliberações por ela tomadas, serão lançados em extratos.

§ - 2º A Congregação poderá mandar inserir, por extenso ou em extrato, suas resoluções não só nas atas como nos documentos em que devam ficar desse modo registradas.

## CAPITULO II

### Da Diretoria

Art. 189 - O Diretor será nomeado pelo Reitor com prévia aprovação do Presidente da República, obtida por intermedio do Ministro da Educação e Cultura, sendo a escolha feita entre os componentes da lista triplíce organizada pela Congregação, em votação uninominal, realizada em 3 escrutínios sucessivos.

Art. 190 - São atribuições do Diretor:

a) entender-se com os poderes públicos sobre os assuntos que interessam à Escola e dependam de decisão daqueles;

b) representar a Escola em quaisquer atos públicos e nas relações com outros ramos da administração pública, instituições científicas e corporações particulares.

- c) representar a Escola em juízo e fora d'êle;
- d) fazer parte do Conselho Universitário;
- e) assinar com o Reitor, os diplomas expedidos pela Escola e conferir grau;
- f) submeter ao Reitor a proposta do orçamento anual da Escola;
- g) apresentar anualmente, ao Reitor, relatório dos trabalhos da Escola, nele assinalando as providências indicadas para a maior eficiência do ensino;
- h) executar e fazer executar as decisões da Reitoria, do Conselho Universitário, da Congregação;
- i) convocar e presidir as reuniões da Congregação e do Conselho Departamental;
- j) superintender todos os serviços administrativos da Escola;
- k) fiscalizar o emprêgo das verbas autorizadas de acôrdo com o preceito de contabilidade;
- l) adquirir material e contratar obras ou serviços necessários à Escola, tendo em vista os altos interesses do ensino e de acôrdo com as disposições do Estatuto da Universidade do Brasil;
- m) fiscalizar a fiel execução do regime didático, especialmente no que respeita à observância de horários e dos programas de atividade dos professores, docentes-livres, auxiliares de ensino e estudantes;
- n) remover, de um para outro serviço, os funcionários administrativos, de acordo com as necessidades ocorrentes;
- o) assinar e expedir certificados dos cursos de aperfeiçoamento e de especialização;
- p) nomear os docentes-livres, professores adjuntos, assistentes e instrutores;
- q) aplicar as penalidades regulamentares;
- r) cumprir e fazer cumprir as disposições do Regimento, da lei e do Estatuto da Universidade;
- s) convocar, obrigatoriamente, duas vezes por ano, a Congregação e, uma vez por mês, o Conselho Departamental;
- t) manter a ordem e a disciplina em todas as dependências da Escola;
- u) indicar o chefe da Secretaria.

Art. 191 - Ao Vice-diretor, eleito trienalmente pela Congregação, caberá substituir o Diretor, em suas faltas e impedimentos.



## CAPITULO III

## Do Conselho Departamental

Art. 192 - O Conselho Departamental é o órgão consultivo para o estudo e solução de todas as questões administrativas e financeiras, e colaborador em todas as demais atribuições da Diretoria da Escola.

Art. 193 - O Conselho Departamental é constituído pelos chefes de Departamentos e pelo Presidente do Diretório Acadêmico.

Art. 194 - O Conselho Departamental se reunirá em sessão ordinária uma vez por mês, convocado e presidido pelo Diretor ou seu substituto legal.

§ 1º - Reunir-se-á extraordinariamente ~~quando~~ quando convocado pelo Diretor, ou seu substituto legal, ou mediante solicitação de 1/3 de seus membros.

§ 2º - Das reuniões do Conselho Departamental ~~lavar-se-á~~ lavrar-se-á uma ata que será assinada por todos os membros, na sessão imediata.

§ 3º - O membro do Conselho Departamental que, sem causa justa, a juízo dos demais membros, deixar de comparecer a quatro sessões ordinárias consecutivas deverá ser substituído na chefia do Departamento.

Art. 195 - O Conselho Departamental funcionará com a presença de pelo menos 2/3 de seus membros, sendo tomadas as decisões por maioria de votos.

Parágrafo único - O Diretor, ou seu substituto legal, só terá direito ao voto de qualidade.

Art. 196 - Constituem atribuições do Conselho Departamental:

- a) organizar o seu Regimento;
- b) submeter aos órgãos competentes qualquer proposta de alteração da organização administrativa ou financeira;
- c) aprovar a proposta de nomeação de funcionário administrativo da Escola;
- d) fixar anualmente, em dezembro, o número de alunos admitidos à matrícula nos cursos da Escola;
- e) organizar horários para os cursos normais, ouvidos os respectivos professores e, sempre que possível, atender as conveniências do pessoal discente;
- f) fixar, ouvido o professor, e de acordo com os interesses do ensino, o número de estudantes das turmas;
- g) organizar as comissões examinadoras das provas de habilitação dos candidatos à matrícula, das provas parciais, das provas terminais ou de promoção;
- h) tomar com relação à vida social da Escola, providências que lhe competirem;
- i) coordenar os trabalhos de pesquisas dos Departamentos;

j) deliberar sobre a aquisição de aparelhos técnicos ou científicos;

k) elaborar, de acordo com o Diretor, a proposta do orçamento anual da Escola;

l) deliberar sobre as representações dos alunos em nome da Escola;

m) praticar todos os demais atos em virtude da lei, do Estatuto da Universidade, deste Regimento ou, ainda, por determinação de órgãos superiores.

#### CAPÍTULO IV

##### Da Biblioteca

Art. 197 - Anexa ao Conselho Departamental funcionará a Biblioteca, que, colocada sob o alto patrocínio de Rui Barbosa, precursor da Educação Física no Brasil, reunirá as publicações científicas e especializadas, cujo conjunto é patrimônio da Escola Nacional de Educação Física e Desportos.

Art. 198 - A sua finalidade precípua será facilitar a pesquisa e a consulta bibliográficas aos membros do Corpo docente e discente da Escola Nacional de Educação Física e Desportos.

§ 1º - As pesquisas e consultas de que trata o presente artigo deverão ser realizadas em recinto da Escola, condigno e adrede preparado.

§ 2º - Aos professores catedráticos, será, entretanto, permitido o empréstimo de obras intimamente ligadas à sua Cadeira, mediante requisição escrita e autorização expressa do chefe do respectivo Departamento, que estabelecerá o prazo durante o qual a obra solicitada poderá ficar em poder do requerente.

§ 3º - Em hipótese alguma o prazo concedido na forma do parágrafo anterior poderá exceder de um mês.

Art. 199 - Haverá na Biblioteca três arquivos destinados, respectivamente, à catalogação das obras por assunto, autores e títulos.

§ 1º - De cada ficha constarão, além da rubrica que lhe for especificada, o preço da obra, a data da sua aquisição e a firma comercial que a forneceu.

§ 2º - Caso se trate de obras oferecidas à Biblioteca, serão as indicações mencionadas no parágrafo anterior substituídas pela declaração do ofertante.

Art. 200 - As atividades da Biblioteca serão superintendidas pelo Bibliotecário o qual disporá de um ou mais auxiliares e de serventes, cujo número será fixado pelo Diretor, em vista das necessidades do serviço.

Parágrafo único - A escolha e a nomeação do Bibliotecário se fará de conformidade com a legislação vigente, por proposta do Diretor.

Art. 201 - Ao Bibliotecário compete:

a) Conservar-se na Biblioteca durante as horas de seu expediente, não podendo dela se afastar sem motivo justificado e sem passar ao seu substituto eventual a superintendência do serviço;



b) Zelar pela conservação dos livros e de tudo que estiver sob sua guarda e proteção;

c) Providenciar anualmente a aquisição de novas obras, bem como a assinatura de publicações periódicas de real interesse científico e didático pedagógico, observando o limite de verba anual constante da respectiva dotação orçamentária;

d) Superintender os serviços de consulta, prestando ou fazendo prestar aos membros do Corpo docente as informações solicitadas;

e) Organizar e remeter ao Diretor, no fim de cada ano letivo, um relatório dos trabalhos da Biblioteca e do estado das obras e dos livros, confiados à sua guarda e zelo, indicando as providências que a prática lhe tiver sugerido.

Art. 202 - Ao auxiliar da Biblioteca compete:

a) Conservar-se na Biblioteca durante as horas de expediente, substituindo o Bibliotecário em seus impedimentos eventuais;

b) Organizar os fichários de que trata o artigo 176;

c) Zelar pela conservação dos livros e do material da Biblioteca;

d) Facilitar a consulta das obras solicitadas, prestando os esclarecimentos que estiverem ao seu alcance;

e) Auxiliar o Bibliotecário na confecção de relatórios e do expediente estrito da Biblioteca;

f) Organizar mensalmente um mapa estatístico do qual constem o número de consultas, as obras consultadas, as que o deixarem de ser por não existirem na Biblioteca e a relação das novas aquisições ou das novas ofertas que possam constituir parte integrante dela.

## SUB-TÍTULO II

### DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

Art. 203 - Os Serviços Administrativos são constituídos:

a) Do Gabinete do Diretor;

b) Da Secretaria.

Art. 204 - Os serviços administrativos serão superintendidos pelo Diretor auxiliado pelo Secretário.

Art. 205 - A Secretaria será constituída por:

a) Seção de Expediente Escolar (S.E.E.);

b) Seção de Pessoal (S.P.);

c) Seção de Comunicações (S.C.), compreendido: a) Arquivo, b) Protocolo;

d) Contadoria Secional (C.S.);

e) Almoxarifado Secional (A.S.);

f) Portaria (P.).

que funcionarão perfeitamente articulados em regime de mútua colaboração, sob a imediata orientação do Secretário.

Art. 206 - As seções serão dirigidas por Chefes designados pelo Diretor mediante indicação do Secretário, cabendo, entretanto, a chefia da Contadoria Seccional a um contador e o Almoxarifado Seccional a um almoxarife.

**Art. 207 - São atribuições do Secretário.**

- a) dirigir os trabalhos a seu cargo;
- b) assinar com o Diretor os diplomas e certidões expedidos pela Escola;
- c) opinar em todos os assuntos que devem ser resolvidos pelas autoridades superiores ou pelos órgãos deliberativos;
- d) reunir periodicamente, os seus chefes subordinados, para cuidar dos interesses do serviço;
- e) secretariar as reuniões do Conselho Departamental e da Congregação;
- f) cumprir e fazer cumprir as resoluções administrativas da Diretoria, do Conselho Departamental ou das autoridades superiores do ensino.
- g) apresentar anualmente ao Diretor o relatório dos trabalhos da Secretaria, nele assinalando as providências indicadas para a maior eficiência da administração;
- h) cumprir e fazer cumprir as disposições deste Regimento;
- i) antecipar ou prorrogar por uma hora o expediente e proprio ao Diretor quando a antecipação ou prorrogação deve ser por mais tempo;
- j) propor a admissão, melhoria e dispensa do pessoal extranumerário e extraordinário;
- k) organizar a escala de férias do pessoal da Secretaria;
- l) movimentar o pessoal da Secretaria de acordo com as necessidades do serviço;
- m) elogiar seus subordinados e aplicar-lhes as penas de advertência e repreensão, representando ao Diretor quando deve ser aplicada pena maior;
- n) expedir boletins de merecimento dos funcionários que lhe sejam diretamente subordinados;
- o) tomar tôdas as providências de ordem administrativa de sua competência.

**Art. 208 - São atribuições dos chefes de seções:**

- a) orientar a execução dos serviços que lhes forem afetos;
- b) distribuir tarefas e coordenar os trabalhos;
- c) propor ao Secretário elogios e aplicações de penas disciplinares a seus subordinados.

**Art. 209 - A Seção de Expediente Escolar compete:**

- a) processar as inscrições e matrículas;
- b) manter em dia o fichário de alunos;



c) registrar e apurar a frequência dos alunos bem como o número de aulas dadas;

d) apurar a frequência de pessoal docentes para a elaboração da respectiva folha pela Seção do Pessoal;

e) elaborar os históricos escolares;

f) lavrar certidões relativas à vida escolar dos alunos;

g) preparar a correspondência oficial sobre os assuntos didáticos;

h) publicar o boletim escolar;

i) preparar os editais e convocações;

j) lavrar atas de provas, exames, inscrições e matrículas;

k) registrar diplomas e certificados;

l) informar os requerimentos de alunos apresentados a Escola;

m) fazer estatísticas das atividades escolares;

n) fornecer os elementos para publicidade interna das atividades da Escola;

Art. 210 - A Escola não devolverá, aos alunos, os documentos que exigir para efeitos legais, mas, somente, certidões dos mesmos, exceto carteira de identidade e prova de quitação com serviço militar.

Art. 211 - Compete à Seção do Pessoal:

a) propor nas épocas próprias, alterações na tabela numérica e organizar as relações normais de todo o pessoal da Escola;

b) lavrar os atos relativos aos servidores da Escola e providenciar a respectiva publicação;

c) propor o preenchimento de cargos e funções do pessoal administrativo;

d) manter rigorosamente em dia o assentamento individual do pessoal administrativo e do pessoal docente;

e) fornecer elementos para elaboração da proposta orçamentária relativa ao pessoal;

f) organizar os boletins de frequência do pessoal.

Art. 212 - A Contadoria Secional compete:

a) escriturar a receita, a despesa e o patrimônio da Escola;

b) organizar a proposta orçamentária da Escola;

c) organizar balanços anuais da Escola, a serem apresentados ao Conselho de Curadores;

d) processar todas as contas de despesas custeadas por dotações orçamentárias da Escola, bem como solicitar por intermédio do Diretor a entrega de adiantamento e auxílios a funcionários e extranumerários

e a alunos, por conta da respectivas verba;

c) examinar sob o ponto de vista legal, todos os documentos relativamente a comprovação de adiantamento e auxílios recebidos, por funcionários e alunos da Escola.

Art. 213 - Ao Almoxarifado Secional compete:

a) requisitar, receber e distribuir material pelas dependências da Escola;

b) escriturar o material recebido e distribuído;

c) organizar mapas do movimento mensal do material;

d) levantar os inventários anuais do material permanente e de consumo;

e) fornecer à Contadoria Secional os elementos necessários à escrituração.

Art. 215 - Compete à Seção de Comunicações:

a) Pelo Protocolo;

I - registrar a entrada de todos os papéis, dirigidos à Escola e encaminhá-los aos diferentes órgãos;

II - fornecer aos interessados informações sobre andamento dos papéis;

III - expedir todos os papéis e processos;

IV - manter em dia fichário nominal de procedência, por assunto, dos processos e papéis entrados.

b) Pelo Arquivo:

I - arquivar toda a documentação remetida à Escola, bem como cópia de todo o expediente feito pelas diversas dependências;

II - providenciar a catalogação e encadernação desses papéis;

III - coligir e elaborar um índice de legislação, referente a pessoal, a material, a orçamento e a ensino e educação;

IV - coleccionar os Diários Oficiais e providenciar a sua encadernação;

V - elaborar certidões, certificados ou atestados solicitados;

Art. 216 - Compete à Portaria:

I - afixar em quadros apropriados os avisos e editais elaborados pelos diversos órgãos da Escola;

II - providenciar para que as dependências da Escola sejam diariamente abertas antes de ser iniciado o expediente e fechada depois de terminado;

III - ter a seu cargo as chaves de todas as dependências;



IV - cumprir e fazer cumprir as determinações do Diretor e do Secretário.

V - exercer a vigilância interna diurna e noturna;

VI - encaminhar ao Diretor, ao Secretário e aos Chefes dos Departamentos, o pessoal estranho ao Serviço;

VII - distribuir de acordo com as necessidades do serviço, contínuos ou serventes pelos Departamentos da Escola;

VIII - atender aos Chefes dos demais órgãos no que for solicitado e no que estiver na sua alçada;

IX - manter em ordem e assio todas as dependências da Escola;

X - fiscalizar os serventes e trabalhadores no exato cumprimento de seus deveres, levando ao conhecimento do Secretário, qualquer irregularidade cometidas pelos mesmos;

XI - manter em perfeito funcionamento a instalação elétrica, hidráulica e de gás, providenciando as medidas necessárias, quando houver deficiência das mesmas.

Art. 216 - O horário normal dos trabalhos dos serviços administrativos, será fixado pelo Diretor da Escola, respeitando o número de horas semanais estabelecido na legislação vigente.

Art. 217 - O Diretor e o Secretário não ficam sujeitos ao ponto, devendo porém observar o horário fixado.

## TÍTULO VI

### DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 218 - As vantagens relativas às férias, quanto ao pessoal administrativo e as relativas à gratificação, diárias, licenças, consignação, disponibilidade, aposentadoria e outras, quanto ao pessoal docente e administrativo, em geral, que pertencer ao funcionalismo público, são as previstas no Estatuto do Funcionário Público Civil da União.

Parágrafo único - As vantagens indicadas no artigo serão extensivas ao pessoal extraordinário, no que lhe for aplicável.

Art. 219 - Os professores adjuntos, assistente e instrutores terão na beca características que assinalen condição de docentes e distintivos que indiquem a situação hierárquica, de acordo como o que for estabelecido pela Universidade.

Art. 220 - A Escola manterá uma publicação periódica, intitulada "Arquivos da Escola Nacional de Educação Física e Deportes" editada ao menos uma vez por ano, destinada à divulgação dos resultados de suas investigações no terreno do ensino e da pesquisa.

§ 1º - Além da publicação periódica de que trata o artigo, fará a Escola publicações avulsas com o mesmo objetivo.

§ 2º - A publicação será dirigida pelo Conselho Departamental.

Art. 221 - O pessoal docente e administrativo deverá fazer constar o seu endereço na Secretaria da Escola, inclusive o endereço temporário, sempre que se verificar afastamento do Rio de Janeiro, durante as férias.

Art. 222 - Este Regimento só poderá ser modificado por proposta, subscrita por 1/3 dos membros da Congregação e pelo Conselho Universitário.

Art. 223 - Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo Conselho Universitário.

## TITULO VII

### DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 224 - Não haverá concurso para provimento efetivo do cargo de professor catedrático das cadeiras XI, XII, XIV, XV, XVII e XVIII enquanto prevalecerem os dispositivos legais "ex-vi" dos quais estas funções devam ser desempenhadas pelos extranumerários-mensalistas, <sup>das</sup> ~~estáveis~~ <sup>investidos</sup> nas mesmas atribuições de professores catedráticos (Decreto-lei n. 7.781, combinado com o art. 116, § 1º do Estatuto da Universidade).

Art. 225 - No ato da inscrição o candidato deverá apresentar, devidamente autenticados e selados, os seguintes documentos:

a) um dos diplomas mencionados no art. 32 do Decreto-lei n. 1212, de 17 de abril de 1939 (item I, art. 51 Decreto n. 19.851, de 1º de abril de 1931, combinado com o art. 34 do citado Decreto-lei) ou certidão que comprove, nos casos das alíneas b, c, d, e do artigo anterior, a qualificação invocada pelo candidato em seu requerimento;

b) prova de ser brasileiro nato ou naturalizado (art. 51 item III, do Decreto n. 19.851);

c) prova de sanidade física e mental (art. 51, item III, do Decreto n. 19.851);

d) prova de idoneidade moral (art. 51, item III, do Decreto n. 19.851);

e) prova de quitação com o serviço militar;

f) recibo de pagamento de taxa de inscrição.

Parágrafo único - A certidão a que se refere a alínea a, será fornecida pelo Diretor, atendidas as exigências que regulem a matéria peculiar a cada caso.

Art. 226 - Além dos documentos acima referidos, o candidato deverá apresentar até a data do encerramento das inscrições:

a) 50 exemplares de tese original e inédita, de sua autoria, escrita sobre o assunto compreendido na cadeira em concurso (art. 3º § 1º, do Decreto-lei n. 271, de 1º de fevereiro de 1938);

b) títulos científicos, comprobatórios do mérito do candidato, tais como:

I - Diplomas e quaisquer outras dignidades universitárias e acadêmicas;

II - Estudos e trabalhos científicos, especialmente os que assinalen pesquisas originais ou revelem conceitos doutrinários pessoais de real valor;

III - Comprovação de atividades didáticas do candidato;

IV - Realizações práticas de natureza técnica ou profissional, particularmente as de interesse coletivo (art. 52, do Decreto n. 19.851).